



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCISCO LEVI APOLINÁRIO DE MORAES

UMA ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DOS VERBOS DE PETIÇÃO EM PB

FORTALEZA

2026

FRANCISCO LEVI APOLINÁRIO DE MORAES

UMA ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DOS VERBOS DE PETIÇÃO EM PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Figueiredo de Alencar Araripe.

FORTALEZA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M82a Moraes, Francisco Levi Apolinário de.
Uma análise sintático-semântica dos verbos de petição em PB / Francisco Levi Apolinário de Moraes. –
2026.
114 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Linguística, Fortaleza, 2026.
Orientação: Prof. Dr. Leonel Figueiredo de Alencar Araripe .
1. Valência Verbal . 2. Semântica Lexical . 3. Classes Verbais. I. Título.

CDD 410

FRANCISCO LEVI APOLINÁRIO DE MORAES

UMA ANÁLISE SINTÁTICO-SEMÂNTICA DOS VERBOS DE PETIÇÃO EM PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: 02/02/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonel Figueiredo de Alencar Araripe (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Maria Claudete Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Letícia Lucinda Meirelles
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Profª. Dra. Rosemeire Selma Monteiro Plantin
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Suplente

Ao meu avô Francisco das Chagas Apolinário
(*in memoriam*), com profunda saudade, que
certamente estaria orgulhoso do neto.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, símbolos de zelo e afeto, pelo apoio constante e pela ajuda inicial, quando do começo do curso.

Ao meu irmão pelos momentos de descontração.

Ao professor Leonel Alencar, pela exímia e sábia orientação deste trabalho, especialmente, pela paciência com que me acolheu e guiou até o fim desse processo. Grato pelas valiosas indicações bibliográficas e por me apresentar, também, o fascinante mundo da Linguística Computacional.

Aos professores do PPGL/UFC, pela qualidade das aulas e pelo zelo com o qual conduzem suas disciplinas.

Aos muitos colegas e amigos que fiz na UFC, em especial, Dominick, Henrique, Patrícia, Nonato, Ritacy, pelas conversas e pelo apoio.

À professora Márcia Cançado, linguista ímpar, pela valorosa contribuição dada, quando do exame de qualificação, e pelas observações feitas, fulcrais para realização deste trabalho.

Às professoras Maria Claudete Lima e Letícia Meirelles, pelo pronto aceite do convite para participar da Banca de Defesa. Grato pela leitura e pela avaliação de meu trabalho, especialmente, pelas discussões apresentadas.

Ao professor Dr. Raimundo Francisco Gomes (UVA), pelo incentivo inicial à carreira acadêmica, pelas conversas constantes de debate de questões linguísticas e por, primeiro, apresentar-me ao instigante universo da sintaxe gerativa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Acaraú, especialmente aos professores Fabiana e Davi, pelo ajuste em meus horários, de modo a não afetar o andamento do curso.

À Secretária de Educação de Granja-CE, Tatiana Saldanha, pela concessão de meu afastamento temporário para conclusão do curso.

À dona Flávia, por me receber em Fortaleza-CE.

À colega professora Dra. Antônia de Jesus Sales (IFCE) pela tradução do resumo para o inglês.

A Deus, por tudo que fez e faz em minha vida, sejam ações sejam provações, mas que certamente me ajudam a seguir firme como cristão e humano.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de Bolsa de estudos, fundamental para a realização deste mestrado e para a dedicação integral às atividades de pesquisa e formação acadêmica.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.”

(João 1:1-3)

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma análise sintático-semântica dos verbos de petição no português brasileiro (PB), no quadro teórico da valência verbal, em articulação com a semântica lexical. Parte-se da observação de que certos verbos tradicionalmente classificados como verbos de expressão — tais como pedir, rogar, implorar, interceder e clamar — exibem propriedades argumentais e semânticas específicas, notadamente a recorrente seleção de dois complementos preposicionados e a codificação de um conteúdo diretivo associado a pedido ou súplica. Com base nessa regularidade, propõe-se a delimitação de uma classe própria, denominada verbos de petição. O referencial teórico articula contribuições da descrição gramatical do PB, especialmente em Borba (1996) e Cançado (2010, 2016), com aportes da semântica lexical e da tipologia verbal, em diálogo com trabalhos de Beth Levin (1993, 1998), Malka Rappaport Hovav (1998, 2005), Dieter Wunderlich (2012) e Schwarze (2001). A discussão do aspecto lexical toma como referência a classificação proposta por Zeno Vendler (1967), conforme reelaborada na literatura contemporânea e aplicada ao PB por Cançado, evitando a identificação direta entre classe aspectual, estrutura de eventos e conteúdo semântico. A pesquisa tem como objetivos catalogar os verbos de petição, analisar sua estrutura argumental, determinar o estatuto sintático-semântico de seus complementos — distinguindo argumentos de adjuntos — e descrever os papéis temáticos envolvidos, sem reduzi-los a meras funções semânticas descritivas. A metodologia é qualitativa e descritiva, de natureza bibliográfica, com apoio em dados atestados, extraídos de dicionários especializados e de bases como o VerboWeb. A análise fundamenta-se na aplicação de testes linguísticos consolidados na literatura, tais como testes de obrigatoriedade argumental, omissibilidade de complementos, alternâncias de diátese, passivização e diagnósticos aspectuais baseados no comportamento do progressivo e do perfectivo. Os resultados sustentam a hipótese de que os verbos de petição constituem uma classe semanticamente motivada e sintaticamente coerente no PB, distinguindo-se de outros verbos de expressão pelo conteúdo semântico de solicitação e por sua configuração argumental característica. A dissertação contribui, assim, para o refinamento da descrição das classes verbais do português brasileiro e para o desenvolvimento da teoria da valência aplicada a dados dessa língua, com desdobramentos para o ensino de gramática e a análise linguística aplicada.

Palavras-chave: valência verbal; verbos de petição; classes verbais; verbos de expressão. argumentos e adjuntos.

ABSTRACT

This dissertation presents a syntactic-semantic analysis of verbs of petition in Brazilian Portuguese (BP), within the theoretical framework of verbal valency, in conjunction with lexical semantics. It starts from the observation that certain verbs traditionally classified as verbs of expression — such as *pedir* (to ask), *rogar* (to beg), *implorar* (to implore), *interceder* (to intercede), and *clamar* (to call out) — exhibit specific argumental and semantic properties, notably the recurrent selection of two prepositional complements and the coding of a directive content associated with a request or plea. Based on this regularity, we propose the delimitation of a separate class, called verbs of petition. The theoretical framework articulates contributions from the grammatical description of Brazilian Portuguese, especially in Borba (1996) and Cañado (2010, 2016), with contributions from lexical semantics and verbal typology, in dialogue with works by Beth Levin (1993, 1998), Malka Rappaport Hovav (1998, 2005), Dieter Wunderlich (2012), and Schwarze (2001). The discussion of the lexical aspect takes as a reference the classification proposed by Zeno Vendler (1967), as reworked in contemporary literature and applied to BP by Cañado, avoiding direct identification between aspectual class, event structure, and semantic content. The research aims to catalog verbs of petition, analyze their argument structure, determine the syntactic-semantic status of their complements—distinguishing arguments from adjuncts—and describe the thematic roles involved, without reducing them to traditional syntactic functions. The methodology is qualitative and descriptive, bibliographic in nature, supported by attested data extracted from specialized dictionaries and databases such as VerboWeb. The analysis is based on the application of linguistic tests consolidated in the literature, such as tests of argumental obligatoriness, complement omission, diathesis alternations, passivization, and aspectual diagnoses based on the behavior of the progressive and perfective. The results support the hypothesis that petition verbs constitute a semantically motivated and syntactically coherent class in BP, distinguishing themselves from other verbs of expression by their semantic content of request and their characteristic argument configuration. The dissertation thus contributes to the refinement of the description of Brazilian Portuguese verb classes and to the development of valency theory applied to data from this language, with implications for grammar teaching and applied linguistic analysis.

Keywords: verbal valency; petition verbs; verb classes; expression verbs; arguments and adjuncts.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NP	<i>Noun Phrase</i> (Sintagma Nominal)
VP	<i>Verb Phrase</i> (Sintagma Verbal)
AP	<i>Adjective Phrase</i> (Sintagma Adjetival)
PP	<i>Prepositional Phrase</i> (Sintagma Preposicionado)
DP	<i>Determiner Phrase</i> (Determinante)
IP	<i>Inflection Phrase</i> (Inflexão)
D	<i>Determiner</i> (Determinante – núcleo)
V	<i>Verb</i> (Verbo – núcleo)
P	<i>Preposition</i> (Preposição – núcleo)
PB	Português Brasileiro
GT	Gramática Tradicional
+anim.	Traço mais animado
-anim.	Traço menos animado
prep.	Preposição
benef.	Beneficiário
dest.	Destinatário
hum.	Humano
agt.	Agente
pac.	Paciente

LISTA DE SÍMBOLOS

X	Variável
Y	Variável
Z	Variável
┆	Acarretamento
~┆	Não acarretamento
→	Reescreve-se como
Δ	Resume-se em
∧	Marcação de conjunção “e”
∃	Marcação de existência
Ψ	Atribuição de papel temático
Ω	Atribuição de papel temático
α	Argumento com papel temático agente
β	Argumento com papel temático beneficiário
γ	Argumento com papel temático destinatário
*	Agramaticalidade
?	Possibilidade de ocorrência
CAUSE	Causação
BECOME	Estado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	A SEMÂNTICA LEXICAL	18
2.1.1	<i>Classes Verbais</i>	24
2.1.1.1	Verbos de Comunicação.....	26
2.1.2	<i>Aspecto Lexical</i>	30
2.1.3	<i>Decomposição de Predicados</i>	35
2.2	A VALÊNCIA VERBAL	40
2.2.1	<i>O estado da arte nos estudos sobre Valência no PB</i>	40
2.2.2	<i>A Valência Verbal em Perini (2010) e (2019)</i>	44
3	ARGUMENTOS E ADJUNTOS	50
3.1	Objeto Indireto X Papel Temático	57
4	METODOLOGIA	68
5	A CLASSE DOS VERBOS DE PETIÇÃO EM PB	72
5.1	Análise em níveis de granularidade	84
6	CONCLUSÃO	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE (LISTAGEM VERBOS DE PETIÇÃO)	97

1 INTRODUÇÃO

Os verbos constituem-se uma classe gramatical de grande relevância descritiva e teórica, sobretudo por sua centralidade na estrutura oracional e por demandarem, em geral, a presença de argumentos, não só na Língua Portuguesa, mas também em outras línguas neolatinas. Estima-se, segundo Perini (2019), haver mais de 6000 (seis mil) verbos de uso cotidiano e pouco mais de 10 (dez) mil na Língua. O estudo desse item lexical fornece valioso achado linguístico, sobretudo, quando se aprimoram temas como classe e aspecto, ambos necessários para a assimilação de pormenores na morfologia, sintaxe, semântica e, quiçá, na pragmática.

Nesse sentido, a capacidade de os verbos selecionarem argumentos e, conseqüentemente, poderem atribuir a estes certos papéis semânticos, faz com que surjam agrupamentos de classes verbais. As classes verbais reúnem conjunto de verbos que compartilham as mesmas características sintático-semânticas e, por conseguinte, abarcam uma mesma estrutura de eventos. No entanto, por essas palavras serem bastante dinâmicas, no que tange à sua estruturação semântica, a divisão em classes não é o bastante, causando o surgimento de subclasses, com características distintas, em segundo plano, da classe a que pertencem.

Em vista disso, na descrição da classe dos chamados verbos de expressão, Sartori (2017) aponta ser verbos cujo escopo é a atuação comunicativa, ou seja, envolvem elementos que remontam à fala, conquanto, em certos casos, essa possibilidade esteja atrelada ao tempo e ao modo em que a forma verbal¹ se apresenta². Observemos os exemplos:

- (1) a. O rapaz cantou uma música francesa. (Sartori, 2017)
 b. O aluno sussurrou a resposta para o colega. (Chaves, 2010)
 c. Interceda a Deus por mim. (Luft, 2009)

¹ As noções de atos de fala estão ligadas nos exemplos (1abc) aos aspectos de tempo e modo dos verbos.

² Nas sentenças do exemplo (1), estão presentes os atos locutivo, isto é, o simples proferimento (ou escrita) da frase, e o ilocutivo, ou seja, a intenção do sujeito em proferir ou escrever tal frase. No entanto, segundo Searle (1969), com base nos atos de fala, as proposições podem desempenhar papel assertivo – simples declarações ou descrições – ou diretivo – com intenção do falante, envolvendo pedido ou súplica. Note-se que apenas (1c) envolve o papel diretivo. Isso será melhor explicado na análise da classe dos verbos de petição.

Nos três exemplos, os verbos *cantar*, *sussurrar* e *interceder* são de expressão, já que, inquestionavelmente, denotam um ato comunicativo. Entretanto, em (1c), o verbo *interceder*, mais do que uma simples expressão, também apresenta um produto, subentendido no escopo verbal, um pedido. Ora, na maioria dos verbos catalogados por Sartori (2017), Chaves (2010), etc., não há especificação do produto de petição, isto é, de uma súplica, um pedido feito a um ente, em benefício de outrem. Logo, depara-se com um impasse na descrição sintático-semântica da classe dos verbos de expressão: o grupo dos verbos, como o retratado em (1c), pertence a uma outra classe? Uma vez que na catalogação dos verbos de expressão pesquisados não há um aprofundamento das possibilidades de uso dos verbos, como em (1c), propomos uma classe, dentro da classe dos verbos de comunicação, que comporte um conjunto de verbos com uma mesma raiz: a classe dos verbos de petição.

Nesse sentido, o objeto desta dissertação é o de investigar a classe dos verbos de petição em PB, baseando-se nos postulados da semântica lexical e dos trabalhos em valências verbais. Além disso, objetiva-se também catalogar, a partir dos verbos de comunicação, os que se alinham à classe de petição; distinguir os complementos preposicionados selecionados pelos verbos de petição em argumento ou adjunto; apontar a inerência de um determinado papel temático à seleção de um argumento pelo verbo; e analisar as características de certos verbos de expressão que dissidem desta classe, constituindo a classe com aspecto de petição.

A valência verbal, conceito central na Linguística, trata da capacidade dos verbos de selecionar argumentos e determinar parte da estrutura sintática de uma sentença. No contexto do português brasileiro (PB), pesquisadores como Borba (1996) e Perini (2010) têm contribuído significativamente para a compreensão desse fenômeno, explorando como a valência verbal se manifesta e como os verbos estruturam os enunciados. Contudo, as pesquisas existentes tendem a salientar uma visão mais geral das classes verbais, sem explorar profundamente subclasses específicas que podem apresentar características sintático-semânticas ímpares. Nesse panorama, entre essas classes, os verbos de expressão, como “dizer” e “falar”, têm sido amplamente descritos na literatura como relacionados a atos de fala ou a processos comunicativos (Sartori, 2017; Chaves, 2010; Cançado e Amaral, 2016).

Tais especificidades não têm sido adequadamente exploradas na literatura existente, que aborda esses verbos de maneira superficial, sem considerar plenamente suas implicações na teoria da valência. Nesta dissertação, propõe-se investigar essas particularidades, com o objetivo de determinar se esses verbos podem ser classificados como uma classe distinta dentro dos verbos de expressão e se suas características justificam uma revisão da teoria da valência aplicada ao PB.

Sendo assim, a necessidade de uma nova pesquisa se justifica pela existência de uma lacuna significativa na literatura linguística. Embora os estudos sobre a valência verbal no PB e as classes verbais sejam vastos, a classe dos verbos de petição não foi suficientemente investigada. Esta dissertação não apenas buscará catalogar esses verbos, mas também examinará como eles se comportam sintática e semanticamente, especialmente em relação à sua capacidade de reger dois complementos preposicionados. Os resultados dessa investigação poderão contribuir para uma compreensão mais profunda da valência verbal e para o desenvolvimento de teorias linguísticas mais robustas e abrangentes. Outrossim, a pesquisa terá aplicações práticas, como no desenvolvimento de corpora linguísticos e na formulação de materiais didáticos e provas de concursos públicos, em que questões relacionadas à regência de complementos preposicionados são frequentemente abordadas.

O problema de pesquisa consiste em determinar quais propriedades sintáticas e semânticas diferenciam os verbos de petição dos demais verbos da classe de comunicação. Em termos diretos: quais características de valência, seleção argumental e configuração de evento tornam essa classe distinta dentro do conjunto dos verbos de comunicação?

Esta dissertação está estruturada em quatro blocos. O primeiro diz respeito à fundamentação teórica adotada, de modo a suprir embasamento conceitual de sustentáculo à pesquisa. Na primeira seção, fazemos uma breve exposição acerca dos pressupostos teóricos da Semântica Lexical a qual é o alicerce metodológico do estudo, precipuamente, os estudos de Levin (1993), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Levin (2010). Esta seção está subdividida em outras três, que se complementam. A primeira subseção faz um levantamento da catalogação das diversas classes e subclasses verbais já pesquisadas em PB. Nessa parte, fazemos um breve comentário sobre o conceito de classe verbal e as perspectivas metodológicas necessárias para que se possa delimitá-la. Na segunda subseção, abordamos o conceito de aspecto lexical, fulcral no processo de análise e verificação de classes. Neste item, adotamos os critérios aspectuais de Vendler (1967), bem como a aplicação prática baseada em Cançado e Amaral (2016). Por fim, na terceira seção, realizamos uma sucinta explanação no que tange à decomposição de predicados, amparando-se nas bases teóricas de Levin (1993), Rappaport Hovav e Levin (2005), Wunderlich (2012), Cançado e Amaral (2016).

A segunda seção de nosso referencial teórico trata da teoria da valência e, para isso, dividimo-la em duas subseções. A primeira subseção visa ao levantamento de estado da arte nos estudos de valência no PB, especialmente, nos postulados de Borba (1990). A segunda subseção trata do levantamento de estado da arte em valência no PB, precisamente, nos trabalhos de Perini (2015), (2019), de modo a se verificar a abordagem contemporânea da

teoria.

Ademais, o segundo bloco congrega as bases conceituais e metodológicas que surtirão efeito na análise dos dados. Nesse bloco, o primeiro capítulo diz respeito à necessária distinção entre argumentos e adjuntos, já que se viu a exigência em distinguir tais conceitos, tendo em vista a ocorrência de situações, com duplo sintagma preposicionado, que levantam eventuais dúvidas. O segundo capítulo refere-se ao estudo acerca do objeto indireto. Isto é, quando tal sintagma é, sintaticamente, um objeto indireto ou adjunto adverbial? Nesse capítulo, lançamos mão de fatos, alicerçados em gramáticos normativos, bem como em testes semânticos e sintáticos.

O terceiro bloco diz noção à metodologia adotada nesta dissertação. Trata-se de um trabalho bibliográfico de caráter qualitativo. Nesta seção, descrevemos todo o percurso, desde a coleta dos dados, os procedimentos técnicos de base, até a análise consolidada dos dados. Finalmente, apresentamos um parágrafo, com as conclusões de nossa pesquisa, com a reafirmação dos conceitos iniciais e das hipóteses preliminares apontadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De modo a sustentar a ideia de que os verbos de petição têm uma estrutura sintático-semântica, decerto um pouco diferente dos verbos de outras classes, como os de expressão, mudança, etc. (Cançado, Godoy e Amaral, 2013), nesta seção será apresentada uma revisão da literatura sobre a teoria da semântica lexical, nesta primeira seção, e dos estudos em valência verbal³ no PB, na segunda seção. A análise a partir do campo de estudo da Valência permitirá uma visão mais abrangente da estrutura lógica desses verbos, observando-se as exigências do verbo e levantando uma questão (também) pouco discutida, a noção de argumentos e adjuntos.

2.1 A SEMÂNTICA LEXICAL

De modo geral, a Semântica Lexical busca estudar e analisar as propriedades semânticas dos itens lexicais, que têm potencial para determinar e prever o seu comportamento sintático. É válido ressaltar que, além de relacionar o papel mental dos itens lexicais, observando-se seu significado e suas propriedades morfológicas ao comportamento sintático, a Semântica Lexical se preocupa em delimitar o sentido desses itens em representações formais ou estruturas argumentais. Conforme Schwarze (2001), a semântica lexical⁴ é o estudo do sentido das palavras, entendido como potencial de referência, representado no léxico mental.⁵⁶ Observemos o exemplo (2):

(2) Você pode comer o pão, Paulo!

Nessa sentença, se tomarmos o nome *pão*, visualizando o seu potencial de referência, isto é, os múltiplos usos desse item antes de entrar em um contexto, chegamos a algumas particularidades: i) alimento; ii) substância; iii) conjunto; iv) objeto. Percebamos que todas essas informações estão contidas no sentido idiossincrático dessa palavra. Comparemos, então, com os exemplos (3) e (4):

³ Entretanto, basear-se-á apenas na valência verbal, para fins de pesquisa e estudo neste trabalho.

⁴ A Semântica Lexical não estuda apenas uma categoria morfológica, mas se apresenta nos diversos itens lexicais. Neste trabalho, ater-nos-emos à semântica lexical aplicada ao sentido dos verbos.

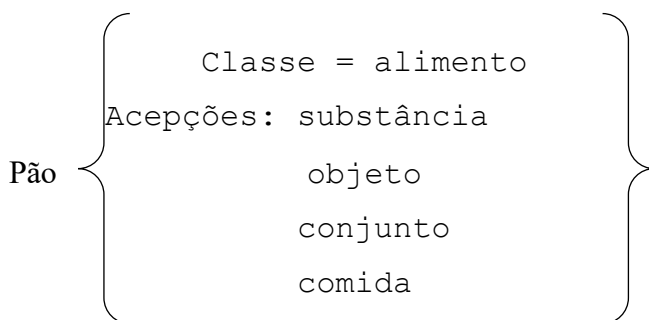
⁵ Texto traduzido por IA, mas devidamente revisado.

⁶ “La sémantique lexicale est l’étude linguistique du sens des mots. Le sens d’un mot donné est un potentiel de référence, codé et représenté dans Je lexique mental.”

- (3) O cesto de pão foi comprado.
 (4) Paulo trabalha para ganhar o pão.

Ora, mesmo tomando a leitura dos exemplos de (2) a (4), entendemos que se trata de um mesmo item, com usos distintos. Em (2), vê-se que a situação impõe ao interlocutor que ele não deve se alimentar de arroz, por exemplo; mas apenas de pão. Logo, temos pão em um uso próprio relacionado a um contexto alimentício. Em (3), ao nos referirmos à sentença como um todo, o item pão faz jus a um conjunto, não a um elemento específico, ou com acepção de alimento. Já em (4) o *pão* se encaixa em um contexto de aplicação pragmático, ou seja, que exige do falante um conhecimento extra de que pão foi usado em sentido metonímico, em representação a um objeto a algo.

Com isso, tendo por base os pressupostos da análise lexical e semântica, teríamos a seguinte representação formal para o item pão:



Como se depreende, os estudos iniciais em semântica lexical se atentavam a destrinchar o sentido de uma palavra a partir da busca por aspectos, informações, características internas de cada item lexical. Essa análise, porém, baseia-se nos componentes conceituais desses vocábulos, partindo do princípio de que todos, de fato, apresentam uma teoria internalizada que pode e deve ser depreendida a partir de certos contextos.

Ao passo da semântica lexical de análise componencial de traços semânticos, trabalhada por autores como Schwarze (2001), Lakoff e Johnson (1980), Fillmore (1982), surge, doravante, uma tendência com foco na relevância do sentido dos itens lexicais à sintaxe – a interface sintaxe-semântica. Essa proposta, difundida e abordada em trabalhos de Rappaport Hovav e Levin (1998), Levin (1999), Levin (2010), Grimshaw (2001), Caçado e Amaral (2016), analisa como a estrutura significativa de um item lexical pode motivar ou influenciar a sintaxe. Neste trabalho, por trabalharmos precisamente com verbos, adotaremos os pressupostos da interface sintaxe-semântica, como em Rappaport Hovav e Levin (1998), Levin (2010), sustentados em Caçado e Amaral (2016), Caçado, Godoy, Amaral (2013), os

quais investigam como o significado do verbo determina/restringe a estrutura sintática e vice-versa.

Levin (1993) defende que os padrões sintáticos refletem propriedades semânticas dos verbos. Nesse sentido, ela agrupa, após levantamento e catalogação exaustiva em inglês, os verbos em classes semânticas, baseando-se na capacidade que eles têm de realizar alternâncias sintáticas. Vejamos os exemplos:

- (5) a. John broke the glass.
b. The glass broke.

Percebamos que o verbo *break*, em (5a), insere-se em uma construção formada por sujeito agente “*John*” e complemento paciente “*the glass*”. Nota-se também que há a ocorrência de um evento de causação, em que um agente age, resultando em algum acontecimento. Em (5b), o mesmo verbo aceita a alternância, em que o argumento interno seja projetado à posição de sujeito. Esse fenômeno, segundo a autora, aponta para o fato de a alternância não ser arbitrária, isto é, de conseguir e mostrar os aspectos do significado do verbo, como tipo de evento e papéis semânticos dos argumentos. Isso posto conclui-se que existe um mapeamento sistemático entre semântica e sintaxe, no que concerne ao fato de esta projetar o conteúdo semântico do verbo.

Em PB, a relação sintaxe-semântica entre o item lexical, tal como aborda Cançado e Amaral (2016), é também condicionada ao tipo de evento, à correspondência sistemática entre os papéis temáticos e as funções sintáticas, o que determina as propriedades sintático-semânticas fulcrais para atribuição ou verificação de eventual classe semântica. Vejamos os exemplos:

- (6) a. Paulo cortou o bolo.
b. * O bolo cortou.

O verbo *cortar*, em sua projeção idiossincrática, estabelece como necessário à sua compreensão e à aceitação gramatical a necessidade de haver, precipuamente, um argumento externo de papel agentivo e um argumento interno de papel paciente. Ora, tendo a precisão de haver um agente na posição de sujeito, como em (6a), o exemplo (6b) ilustra uma ocorrência de agramaticalidade, em que o argumento interno o bolo, paciente, não é aceito nessa posição pelo verbo. Desse modo, conclui-se que o verbo *cortar* não licencia a alternância causativa e

que o sentido semântico foi responsável por delimitar a estrutura sintática do verbo. Por outro lado, caso se faça uma alteração morfológica, o verbo poderia admitir a alternância passiva, como em (7):

(7) O bolo foi cortado.

Visto isso, a análise de verbos a partir de suas particularidades semânticas e eventivas é relevante para que se possa depreender seu nível de classificação, isto é, a definição de classes associada a distintos fenômenos linguísticos. Levin (2010) define que há diferentes tipos de classificação sob certos níveis de análise de granularidade – *grain-size*. Basicamente, há três níveis em que se atribui classificação: i) *coarse-grained*; ii) *medium-grained*; iii) *fine-grained*.

Embora trataremos dessas análises na seção sobre Aspecto, faremos uma breve explanação dos conceitos, de modo a se apresentar a teoria plena dentro da interface sintaxe-semântica. Cançado e Amaral (2016, p.32), valendo-se de Levin (2010), sintetizam os três níveis de classificação de uma maneira bem acessível e didática:

Uma classificação do tipo *coarse-grained* pode ser definida como aquele que resulta em classes menos refinadas. A classificação do tipo *medium-grained* resulta em classes mais refinadas do que a classe dos verbos agentivos. Por fim, a classificação do tipo *fine-grained* é considerada a mais específica⁷.

Observemos os exemplos:

- (8) a. O marceneiro serrou a porta.
 b. A porta foi serrada.
 c. A porta foi serrada pelo marceneiro.
 d. * A porta (se) serrou.
- (9) a. A criança derrubou o brinquedo.
 b. O brinquedo foi derrubado.
 c. O brinquedo foi derrubado pela criança.
 d. * O brinquedo (se) derrubou.

⁷ Grifos das autoras.

Verifica-se que os verbos *serrar* e *derrubar* licenciam dois argumentos, sendo, necessariamente, o externo agentivo e o interno paciente. É possível notar também que ambos os verbos agentivos aceitam a alternância passiva, como em (8b), (8c), (9b) e (9c). Contudo, esses verbos não admitem a alternância incoativa, bem como a inserção do clítico *se*. Logo, infere-se que a passivização constitui uma propriedade sintática relevante para a classificação verbal. Na proposta de classificação em diferentes níveis de granularidade, tal propriedade motiva uma classificação no nível *coarse-grained*, uma vez que a alternância passiva perpassa verbos pertencentes a diferentes classes verbais mais específicas, como, por exemplo, verbos de afetação ou de mudança de estado. Por estar em um plano mais amplo de generalização, diz-se que essa classificação se situa no nível *coarse-grained*. Por outro lado, analisemos os exemplos:

- (10) a. A mulher fechou a janela.
 b. A mulher fechou a janela com uma bengala.
 c. A janela fechou.
 d. A janela se fechou.
- (11) a. A menina cortou o gato.
 b. A menina cortou o gato com uma tesoura.
 c. O gato cortou.
 d. O gato se cortou.

Diferentemente dos verbos agentivos (8) e (9), os que denotam mudança de estado em (10) e (11) conseguem abarcar maior número de propriedades sintáticas, quer sejam: i) alternância incoativa; ii) clítico *se*; iii) instrumento como adjunto; iv) alternância passiva. Tem-se, então, uma classificação em um nível mais refinado, isto é, sustentada em propriedades sintático-semânticas associadas às estruturas lexicais desses verbos. Assim, diz-se que estão em um nível de classificação *medium-grained*⁸.

Vejamos agora os exemplos:

- (12) a. Maria alegrou João.
 b. João se alegrou com Maria.

⁸ De acordo com Cançado e Gonçalves (2016), a classificação em *medium-grained* é bastante comum às classes verbais, sendo considerada, entretantes, como o tipo canônico da maioria dos grupos semânticos verbais.

- (13) a. Paulo deu o livro para Pedro.
 b. Pedro recebeu o livro de Paulo.

Os verbos *alegrar* e *dar* constituem, em um aspecto mais amplo, uma mesma classe semântica – a de mudança. Entretanto, dadas as especificidades do grupo, isto é, as propriedades semânticas que não são representadas visivelmente nas estruturas lexicais, mas que têm impacto na sintaxe, esses verbos são classificados em classes mais específicas. Como se nota, em (12), o verbo *alegrar* congrega a noção de mudança de estado, mas em um domínio particular – o psicológico. Perceba que, por ter um argumento interno com papel experienciador, este apresenta comportamento sintático distinto, o que caracteriza os chamados verbos psicológicos. Em (13), o verbo *dar*, à semelhança de *alegrar*, *serrar* e *derrubar*, também se insere na classe mais ampla de verbos de mudança. No entanto, dada a especificidade de uso, tanto em (13a) quanto na proposta de reescritura do exemplo (13b), observa-se uma acepção de mudança de posse. Segundo Alencar (2016, p. 41), verbos de mudança de posse “expressam um ou mais processos de transferência de posse, isto é, uma ou mais transições de estados que se caracterizam como relações de posse”.

Desse modo, embora compartilhem a noção mais ampla de mudança, *alegrar* e *dar* pertencem a classes distintas no nível *medium-grained*, uma vez que apresentam propriedades sintático-semânticas específicas que os caracterizam como verbos psicológicos de mudança de estado e verbos de mudança de posse, respectivamente. Como finaliza Cançado e Amaral (2016), eles são definidos a partir de um sentido mais específico de um grupo de verbos.

- (14) * João é alegrado por Maria.

Dessa maneira, nesta seção, buscamos apresentar a base da teoria da Semântica Lexical adotada neste trabalho, estritamente, a interface sintaxe-semântica, aludida em estudos contemporâneos, como de Cançado e Amaral (2016), Alencar (2016), Rappaport Hovav e Levin (1998), Levin (2010), dentre outros. Assim, como perfaz as autoras⁹:

Diferentemente da perspectiva da Sintaxe, na Semântica Lexical busca-se explicitar a representação semântica que é projetada na sintaxe de uma forma mais cuidadosa e sistemática possível. As representações lexicais são fundamentais para a determinação das classes verbais (cada classe possui sua própria representação, que

⁹ Cançado e Amaral (2016, p.35).

a distingue de outras classes) e para a construção de regras e generalizações a respeito do léxico.

Na próxima seção, passaremos a tratar da noção de classe verbal, na perspectiva tal como propõe Levin (2010) de que são conjuntos de verbos semanticamente relacionados que compartilham uma gama de propriedades linguísticas, com possíveis realizações de argumentos e com a interpretação referente a cada um.

2.1.2 Classes Verbais

Nesta seção, passamos a discorrer acerca da noção de Classes verbais dentro da perspectiva da Semântica Lexical. Basicamente, basear-nos-emos nas propriedades semânticas e sintáticas que podem ser relevantes para determinar seu grupo classificatório.

Quando um grupo de verbos apresenta um mesmo comportamento sintático e semântico, diz-se que pertence à mesma classe. Assim como se pode explorar as capacidades sintático-semânticas dos itens lexicais, por meio das classes de palavras, também se pode fazê-lo com os verbos. Ao se detectarem aspectos semânticos os quais tenham influência na sintaxe, podem-se propor determinadas classes de verbos, podendo-se, inclusive, subclassificá-los (Cançado e Godoy, 2012). Na literatura, a descrição das classes de verbos é alvo de estudo de semanticistas lexicais, tendo primeira abordagem sob a égide gerativista em Fillmore (1970), tais como Levin (1993), Levin e Rappaport Hovav (2005), Cançado, Godoy e Amaral (2013), Cançado e Amaral (2016), dentre outros.

A descrição das diversas classes de verbos é extensa, dada a natureza dinâmica dessas palavras frente a um contexto de fala. No intuito de verificar os trabalhos já realizados sobre as classes verbais, realizou-se um levantamento não exaustivo, analisando os estudos feitos na área da Semântica Lexical. Nessa abordagem, também se consideraram as subclasses, advindas de certas classes, com saturação pouco desenvolvida.

AUTOR(ES)	CLASSE/SUBCLASSE
Almeida (2015)	Verbos de remoção
Alves, Chishman, Quaresma (2005)	Verbos do domínio jurídico
Amaral (2012)	Verbos de movimento
Amaral (2013)	Verbos inergativos e de criação
Amaral e Cançado (2014)	Verbos de Criação

Alencar (2006)	Verbos de mudança de posse
Alencar (2016)	Verbos dinâmicos
Cançado (1995)	Verbos psicológicos
Chaves (2024)	Verbos de percepção
Corrêa (2005)	Verbos de movimento
Cunha (2019)	Verbos com complementos oracionais
Godoy (2008)	Verbos recíprocos
Meirelles (2013)	Verbos instrumentais
Moreira (2000)	Verbos de estado
Nascimento (2015)	Verbos de contato corporal
Oliveira (2019)	Verbos de limpeza
Oliveira (2019)	Verbos de transferência locativa
Oliveira (2020)	Verbos de estado
Sartori (2017)	Verbos de expressão ¹⁰
Silva (2002)	Verbos de locação e movimento
Souza (2023)	Verbos existenciais
Wenceslau (2003)	Verbos beneficiários
Lana (2001)	Verbos de troca

Das classes abordadas no quadro exposto, os verbos de domínio jurídico, apresentados por Alves, Chishman, Quaresma (2005), quase se aproximaram da nossa proposta de descrição dos verbos de petição. O alvo dos autores foi a acepção pragmática desses verbos, isto é, realizaram uma análise, sob a ótica computacional, a partir dos usos do verbo numa situação de fala; ao passo que nos ateremos à apreensão dos aspectos semânticos e sintáticos, abarcando não só os verbos de petição de ascendência jurídica, mas também outros traços, de cunho pragmático, como de religião e/ou de ordem pessoal. Por outro lado, a classe dos chamados verbos de expressão (Sartori, 2017) integra um conjunto de itens lexicais que se referem a um ato de fala¹¹. Na perspectiva da autora,

¹⁰ Este estudo baseia-se na classe de verbos de expressão. Entretanto, discutir-se-á sobre questões não defendidas em trabalhos como de Sartori (2017), Chaves (2010) e Jesus (2016), como a possibilidade de certos verbos, que envolvem pedido em benefício de um ente, licenciarem dois argumentos preposicionados. A tônica deste estudo é discutir a essência desses argumentos: uma dependência direta do verbo ou um mero caso de adjunção deste?

¹¹ Os atos de fala designam os conteúdos assertivos que qualquer falante pode vir a proferir, quando de um ato comunicativo. Tais ações podem ter matiz locutiva, ilocutiva ou perlocutiva.

Verbos de expressão são aqui considerados como verbos que acarretam um evento de expressão linguística, seja oral ou escrito. São considerados neste estudo verbos como dizer, falar, gritar, gaguejar, perguntar, proferir, responder. (Sartori, 2017, p. 12)

Por serem verbos que envolvem um ato de fala, os verbos de expressão concentram a ideia de comunicação e, por isso, sempre envolverão um agente e um alvo. Na literatura, são poucos os estudos que têm como alvo essa classe semântica de verbos. Entretanto, Levin (1993) cataloga os chamados “*verbs of communication*”, ou, verbos da comunicação. Na descrição da classe, a autora registra outras características subclassificadas, como: I) transferência de uma mensagem; II) modo de fala; III) instrumento de comunicação; IV) fala; V) bate-papo; VI) reclamação e VII) aconselhamento.

De maneira geral, os verbos listados pela autora apresentam características gerais da classe, tais como I) grade temática: [Agente], [Objeto Estativo], [Destinatário]; II) admitem complementos oracionais; III) admitem a alternância dativa. Levin (1993) assume que a maioria dos verbos incluídos nessa classe não admite complementos sentenciais¹², sendo essa propriedade inerente a outras subclassificações. Observem-se os exemplos, retirados de Levin (1993):

- (15) a. Wanda taught the students.
 b. Wanda taught French to the students.
 c. Wanda taught the students that the earth was round.

Em (15ab), o verbo *taught* (ensinar) estabelece um ato comunicativo com transferência de conteúdo – o ensino. Pode-se entender que houve um processo de comunicação, isto é, um ato de fala, e que, entretanto, transferiu-se algo: o ensino de francês (*french*). Em (15c), o verbo seleciona um complemento oracional, com papel de objeto estativo, com a mesma ideia de transferência de conteúdo.

A partir da descrição da classe verbal, pode-se entender o processo de atribuição de papéis temáticos aos argumentos do verbo. Por papel temático, pode-se compreender, preliminarmente, a função semântica desempenhada pelo actante dentro de um dado contexto, sob determinada classe ou subclasse verbal.

¹² “The verbs included here are those which show noteworthy properties that do not involve sentential complements; for example, some of these verbs are found in the dative alternation.” (Levin, 1993, p. 202)

2.1.2.1 Verbos de Comunicação

Consideram-se verbos de comunicação aqueles que denotam circunstâncias relativas ao processo fala-indivíduo. São delimitados, normalmente, pela marcação de discurso direto e por traços semântico-pragmáticos específicos, como expressões, pedidos, trocas de informações, etc.

Na literatura linguística, poucos são os estudos de descrição dessa classe. Levin (1993), como retratado anteriormente, divide-os entre aqueles que expressam comunicação e os que se referem à transferência de ideias. Em um estudo de catalogação para o Inglês, a autora elenca os seguintes tipos de verbos de comunicação (já relatados no item anterior, mas retomados agora, a título de centralização e análise específica):

- I. *Verbs of Transfer of a message* (verbos de transferência de uma mensagem): *ask; cite; demonstrate.*
- II. *Verbs of Tell* (verbos de dizer/contar): *tell.*
- III. *Verbs of manner of speaking* (verbos de maneira de falar): *babble; bark.*
- IV. *Verbs of instrument of communication* (verbos de instrumento de comunicação): *call; fax;*
- V. *Talk verbs* (verbos de conversar/falar): *talk; speak.*
- VI. *Chitchat verbs* (verbos de bate-papo): *chat; argue.*
- VII. *Say verbs* (verbos de dizer): *say; articulate.*
- VIII. *Complain verbs* (verbos de reclamar): *complain; boast.*
- IX. *Advise verbs* (verbos de aconselhar): *warn; alert.*

Observemos os exemplos retirados de Levin (1993), em que se apresentam as propriedades desses verbos. Vejamos para o grupo de Tell:

- (16) Ellen told a story.
- (17) Ellen told a story to Helen.
- (18) a. Ellen told a story to Helen.
b. Ellen told Helen a story.
- (19) * Ellen told to helen.
- (20) Ellen told Helen that the party would be tonight.

Percebamos que, em inglês, há aceitação da alternância dativa, como exemplificado em (18)¹³, também há o licenciamento de um complemento oracional, como em (20). Notamos, por outro lado, que os verbos de comunicação em inglês não admitem a omissão do objeto direto. Tal fenômeno, para a autora, representa um impasse no processamento lógico-discursivo, haja vista que, embora o ato comunicativo esteja focado no próprio verbo, a mensagem não foi repassada ao interlocutor.

Nos estudos em PB, uma classe já pesquisada do grupo dos verbos de comunicação são os verbos de expressão. Sartori (2017) os elenca como sendo verbos que acarretam um evento de expressão linguística seja oral seja escrita. Analisemos os exemplos:

- (21) a. O professor disse verdades.
 b. O professor disse verdades ao aluno.
 c. O professor disse que o aluno era inteligente.
 d. ? O professor disse ao aluno.
- (22) a. Maria perguntou algo.
 b. Maria perguntou algo a Pedro.
 c. Maria perguntou se isso era verdade.
 d. ? Maria perguntou a Pedro.

Nos exemplos (21) e (22), os verbos dizer e perguntar são marcadores de expressão, já que designam atos de fala. Em comparação com os verbos de comunicação do inglês, constatamos que, igualmente, não aceitam a omissão do objeto direto, uma vez que o propósito comunicativo foi afetado. Por outro lado, Sartori (2017) argumenta que tais verbos têm estruturas sintáticas bastante variadas entre intransitividade, transitividade e bitransitividade, o que revela a pouca relevância desses aspectos para que se possa definir uma classe. O exemplo (23) atesta tal hipótese.

- (23) a. Ele escreveu ao bispo pedindo perdão pelas palavras duras.
 b. O escultor escreveu o nome da cidade na base da estátua¹⁴.

¹³ A alternância dativa em inglês ocorre quando o objeto indireto é posto na posição de objeto direto e este é levado à posição daquele.

¹⁴ Exemplos retirados do Google.

O verbo *escrever* é, quando muito, considerado um verbo de comunicação, posto que envolve a transmissão intencional de uma mensagem de um emissor a um destinatário. Em (23a), identifica-se a expressão de um ato comunicativo, ainda que não pelo meio oral, como é próprio desses verbos, mas escrito. Em contrapartida, em (23b), o mesmo verbo insere-se em uma construção que descreve um evento no qual o agente cria um objeto em determinado plano material. Assim, diz-se que esse verbo, nesse caso, denota um conteúdo semântico de criação de imagem em suporte (Cançado, 2025)¹⁵.

Sob outra ótica, como enunciado por Levin, em inglês, os verbos de comunicação podem trazer diferentes acepções, como transferência de mensagem, maneira de falar, e também aceitar ou não certas construções sintáticas. Por exemplo, os verbos *tell* não aceitam a alternância dativa, ao passo que os de *transfer of message*¹⁶, sim. Ocorrência linguística semelhante também ocorre em PB. Vejamos os exemplos:

- (24) a. “Imploro a Deus para que me vingue.” (Luft)
 b. A multidão clamava por justiça ao governo local.
 c. Maria rogou a Deus pelo filho enfermo¹⁷.

Nos verbos elencados no exemplo (24), *implorar*, *clamar* e *rogar*, evidentemente, de comunicação, uma vez que há envolvimento de um ato de fala dirigido a alguém com o propósito de obter algo, percebemos um traço semântico, a priori, inerente à sua estrutura lexical – o de obter um pedido. Ora, dentre os verbos registrados como de expressão, não existe item específico que demarque algo próprio/restrito daquele grupo. Quando se analisa *falar*, *balbuciar*, *cantar*, *declamar*, etc., não conseguimos depreender um sentido específico que os una. Retomemos o verbo *escrever* que ora tem papel comunicativo ora tem caráter criacional.

Além disso, ao se averiguar os verbos *implorar*, *clamar* e *rogar*, já se pode fazer uma leitura de um traço semântico comum, o de solicitar, pedir. Parece-nos, pois, que esses verbos de comunicação têm um componente semântico de petição. Em (24abc), percebe-se que as três formas verbais estão inseridas em uma construção sintática complexa – com dois complementos preposicionados, o que pode sugerir algo próprio em sua constituição classificatória.

¹⁵ VerboWeb 3.0. Disponível em: <https://www.verboweb.org/exibir.php> Acesso em 07 de nov. de 2025

¹⁶ Nos exemplos de Levin (1993):

¹⁷ Os exemplos (24bc) foram propostos por IA, ChatGPT.

Desse modo, entre as classes dos verbos de comunicação, destacam-se também os verbos de petição, cuja análise específica será desenvolvida adiante. Com isso, nesta seção, à luz dos postulados de Levin (2010), Levin (1993), Cançado e Amaral (2016), pretendemos apresentar a base das noções acerca das classes verbais, de maneira a assimilarmos os pressupostos para que se possa relacionar determinado grupo de verbos a uma classe específica, considerando suas propriedades semântica que interferem em sua sintaxe. Na próxima seção, faremos uma breve explanação sobre a ideia de aspecto, de como ele pode influenciar a determinação de uma classe semântica verbal.

2.1.3 Aspecto Lexical

O aspecto, consoante Cançado e Amaral (2016), é “uma característica aspectual inerente ao sentido do verbo, que não é marcado morfossintaticamente, pois já vem especificado na entrada lexical”. Entretanto, o aspecto também pode manifestar-se gramaticalmente, por meio de marcas morfológicas que alteram a forma como o evento é perspectivado no tempo. Nesta dissertação, adotaremos que aspecto diz, pois, respeito ao modo como a ação se desenvolve em uma situação espaço-tempo.

(25) Paulo estudava sempre.

(26) Paulo estudou outro dia.

Em (25), o verbo *estudar*, em uma construção imperfectiva, demarca um processo contínuo, isto é, a ação verbal tem ação constante, habitual. Já em (26), a construção perfectiva do verbo evidencia um processo pontual, ou seja, que se apresenta como evento único, de finalização certa. Essas características, por fazerem referência a como o verbo se desenvolve em um determinado evento de tempo, constituem o aspecto. Dessa forma, nesse caso, as distinções observadas entre (25) e (26) dizem respeito ao aspecto gramatical, pois decorrem da morfologia verbal (imperfecto X perfeito), que altera a perspectiva temporal do evento, mas não modifica a classe aspectual do predicado, que permanece sendo atividade.

Vendler (1967) propõe quatro classes de verbos, de acordo com o seu aspecto lexical. Essas classes são definidas como i) estados; ii) atividades; iii) *accomplishments*; iv) *achievements*. A natureza aspectual dessas classes é definida a partir de certos valores. Cançado e Amaral (2016) sintetizam esses valores aspectuais em pares:

O primeiro par é o da oposição **estatividade x dinamicidade**: um verbo é estativo quando descreve um estado que não se altera em um período de tempo; e é dinâmico se descreve um processo composto de uma sucessão de intervalos ou fases, ou mesmo de um único intervalo, que progride no tempo. O segundo par é a oposição **pontualidade x duratividade**: um verbo é pontual se descreve uma eventualidade que ocorre em um momento único e instantâneo; e é durativo quando a eventualidade decrita se estende por um determinado período de tempo. Finalmente, o terceiro par é o da oposição **telicidade x atelicidade**, que diz respeito à possibilidade de um verbo apresentar um resultado final claro, no caso da telicidade, ou à possibilidade de um verbo não apresentar um resultado final determinado, no caso da atelicidade.¹⁸

A título de demonstração, vejamos os exemplos em (27):

- (27) a. Paulo gostou da Maria.
 b. O diretor possuía um belo carro.
 c. Este livro custa uma fortuna.

Aplicando-se os princípios da estatividade/dinamicidade, pontualidade/duratividade e telicidade/atelicidade aos exemplos (27abc), concluímos que em (27a) o verbo gostar caracteriza uma situação que não se altera em um período de tempo, ou seja, não existe começo, meio e fim (ou se gosta ou não se gosta). Logo, tem caráter estativo. Também percebemos que a situação descrita se prolonga por um certo período de tempo, isto é, podemos associar o conteúdo a uma expressão temporal. Assim, deduzimos que tem traço durativo. Por fim, notamos que o verbo gostar não encerra um resultado delimitado, ou seja, a situação pode durar indefinidamente, sem culminação ou finalização prevista pelo próprio verbo. Com isso, infere-se que tem cunho atélico. Essas mesmas propriedades podem ser atribuídas aos verbos possuir e custar.

Por esses verbos denotarem aspecto estativo, durativo e atélico, Vendler os denominou de verbos de Estados¹⁹. Consoante Cañado e Amaral (2016), esses verbos têm situações que não progridem nem se desenvolvem em tempo e em movimento. Por outro lado, eles conseguem delimitar o caráter durativo, ao se acrescentar uma expressão temporal:

- (28) a. Paulo gostou da Maria, há muito tempo.
 b. O diretor possuía um belo carro, ano passado.
 c. Este livro custa uma fortuna, nos dias atuais.

¹⁸ Grifos nossos.

¹⁹ Isso diz respeito ao aspecto lexical.

Vejamos agora os exemplos que se seguem:

- (29) a. João caminhou pela praça a tarde inteira.
 b. Maria correu na pista até cansar.
 c. Eles nadavam no rio todos os dias²⁰.

Em (29abc), os verbos *caminhar*, *correr* e *nadar* têm características aspectuais comuns. Evidencia-se que o processo verbal se divide em diversas fases ou eventos, até mesmo em certo período de tempo. Isso pode ser demonstrado, por exemplo, no próprio processamento de caminhar (tomando-se o exemplo (29a)): o início da caminhada, a continuação da caminhada e o seu fim. Por isso, diz-se que são verbos dinâmicos. Ademais, tem-se um evento que pode se estender em um intervalo de tempo determinado. Dessa maneira, coloca-se que são verbos durativos. Por fim, não carregam, em sua própria estrutura semântica, um ponto final intrínseco. Assim, diz-se que são atélicos. Os verbos representados em (29bc) têm as mesmas características e propriedades que caminhar.

A telicidade/atelicidade de um verbo pode ser demonstrada a partir de um simples contraste entre situações. Normalmente, uma sentença com um verbo télico só é verdadeira, caso a situação se concretize. Comparemos os exemplos:

- (30) O menino cantava baixinho enquanto estudava.
 (31) Eles pintaram a parede²¹.

Ora, a sentença (30) é verdadeira em qualquer contexto, ou seja, a partir do momento em que é iniciada, é tomada como verdadeira, pois atividades são atélicas. Formalmente, podemos representá-la:

$$(30)' = \exists e[\text{CANTAR}(e) \wedge \text{AG}(e, \text{o menino}) \wedge \text{BAIXINHO}(e)].$$

Já a sentença (31) só será verdadeira, se o evento alcançar a sua completude. Podemos confirmar isso ao imaginarmos um contexto em que, por exemplo, pinte-se o chão e não a parede. Logo, o processo foi interrompido. Isso acontece, porque o verbo é de natureza télica. Formalmente, chegamos à seguinte representação:

²⁰ Exemplos propostos por IA – ChatGPT.

²¹ Os exemplos (30) e (31) foram propostos por IA – ChatGPT.

(31)' = $\exists e[\text{PINTAR}(e) \wedge \text{AG}(e, \text{eles}) \wedge \text{TH}(e, \text{a parede}) \wedge \text{CULM}(e)]$.

Dowty (1979) propõe um teste para distinguir verbos que indicam atividades de outros. A verificação consiste na reformulação da sentença em uma construção com gerúndio, com a consequente constatação de acarretamento com aspecto perfectivo²². Retomemos os exemplos (28a) e (29c), respectivamente:

- (32) Paulo está sabendo da notícia. \vdash Paulo soube da notícia.
 (33) Eles estão nadando no rio. \vdash Eles nadaram no rio.

A sentença (32) acarreta a segunda, pois estados são homogêneos e cumulativos: se é verdadeiro que Paulo está em estado de saber em qualquer subintervalo relevante, então é verdadeiro que o estado se verificou no intervalo maior. De modo semelhante, em (33), se é verdadeiro que eles estão nadando no rio, então é verdadeiro que nadaram no rio em algum momento do intervalo considerado. Nesse caso, o verbo nadar expressa uma atividade, caracterizada por ser dinâmica e não culminada.

Dessa forma, na concepção de Vendler, quando os verbos se apresentam como dinâmicos, durativos e atélicos, afirma-se que são Atividades. Atentemos aos casos em (34):

- (34) a. A pesquisadora escreveu um artigo.
 b. O aluno traduziu o capítulo inteiro.
 c. A artista esculpiu uma estátua.

Em (34abc), os verbos *escrever*, *traduzir* e *esculpir* denotam processos dinâmicos, durativos e atélicos. Isso pode ser demonstrado, por exemplo, quando anexamos uma expressão adverbial de tempo ou modo para evidenciar o papel dinâmico:

- (34) a. A pesquisadora escreveu um artigo, *rapidamente*.
 b. O aluno traduziu o capítulo inteiro, *rapidamente*.
 c. A artista esculpiu uma estátua, *rapidamente*.

²² Os testes que serão apresentados nesta seção são bastante úteis e relevantes para verificar aspecto de determinado verbo, bem como para fornecer subsídios para sua classificação. Esses testes serão retomados, quando da análise dos verbos de petição.

Também é possível marcar o papel durativo ao reescrevermos as orações com expressões temporais que indicam extensão de tempo (por X tempo):

- (35) a. A pesquisadora escreveu um artigo, *em duas horas*.
 b. O aluno traduziu o capítulo inteiro, *em duas horas*.
 c. A artista esculpiu uma estátua, em duas horas.

Posto isso, essas marcas aspectuais indicam, segundo Vendler, verbos de *accomplishments*. Por fim, observem-se os exemplos (36):

- (36) a. João reconheceu o rosto na multidão.
 b. O pesquisador descobriu o erro.
 c. A planta morreu ontem²³.

Nos exemplos (36abc), os verbos reconhecer, descobrir e morrer apresentam-se como dinâmicos, pontuais e télicos. Isso é evidenciado, quando, por exemplo, os testes aspectuais revelam que não há duração interna e que o progresso do evento não garante sua realização (ou ocorre ou não ocorre). Por conseguinte, tem-se que são verbos de achievements. Cançado e Amaral (2016) afirmam que esses verbos também são eventivos, como os accomplishments, mas com menor resultado, com evento simples e consecutivo.

Como já afirmamos, o aspecto lexical tem relevância na determinação e na atribuição de propriedades semânticas dos verbos. Nesta seção, nossa pretensão era de apresentar noções gerais acerca do aspecto lexical, apresentando as classes aspectuais de Vendler, discutidas por Cançado e Amaral, bem como os testes de verificação de aspecto que servirão, doravante, para análise e consecução dos verbos de petição. Na próxima seção, faremos uma descrição no tocante à decomposição de predicados, de jeito a expor a linguagem de descrição formal adotada no âmbito da análise sintático-semântica dos verbos no contexto da Semântica Lexical.

²³ Exemplos propostos por IA – Gemini.

2.1.4 Decomposição de Predicados

Para que se possa apreender o significado dos itens lexicais, notadamente os verbos²⁴, é preciso uma estrutura que abarque não só o aspecto sintático, mas também o semântico. Nesse sentido, a decomposição de predicados apresenta uma relação de eventos, os quais estão presentes no sentido idiossincrático do verbo. Nesses termos, segundo Levin e Rappaport-Hovav (2005),

A decomposição de predicados é a representação do significado formulada em termos de predicados primitivos escolhidos para representar os componentes do significado que são recorrentes entre os grupos de verbos.

Os predicados primitivos nada mais são do que componentes de significado subjacentes ao verbo que trazem eventos imediatos à ação verbal. Observemos a diferença de representação lexical para o verbo matar:

(37) Matar: (Agente), (Paciente)

NP NP

(38) Matar: [X CAUSA Y TORNAR-SE NÃO VIVO]²⁵

[X ACT] CAUSE [Y BECOME <MORTO>]

Notemos que em (37) tem-se a representação verbal, por meio da grade temática. Percebe-se que ela não oferece outras informações a respeito do valor do verbo, restringindo-se apenas ao esquema de papéis temáticos e de sintagmas. Por outro lado, em (38), tem-se a representação em predicados primitivos, em que já é possível assinalar a raiz idiossincrática do verbo matar, isto é, “deixar morto”. Além disso, essa estrutura fornece subsídios para averiguar o processo de construção do significado, mediante a apresentação dos metapredicados CAUSE (causa) e BECOME (tornar-se). Assim, tem-se uma possível releitura para a representação em (38):

(39) X age, causando Y tornar-se não vivo.

²⁴ Como os verbos são os predicadores da oração, eles carregam maior parte semântica da sentença. Por esse motivo, têm a capacidade de serem decomponíveis.

²⁵ Essa anotação tem apenas fins didáticos, de modo a exemplificar uma proposta de releitura para a anotação formal.

O metapredicado CAUSE estabelece uma relação de causação entre dois subeventos. Normalmente, nessa relação um dos eventos é representado por um elemento agentivo, e o outro pelo resultado da ação. Observemos a estrutura de decomposição, retirados de Meirelles (2013):

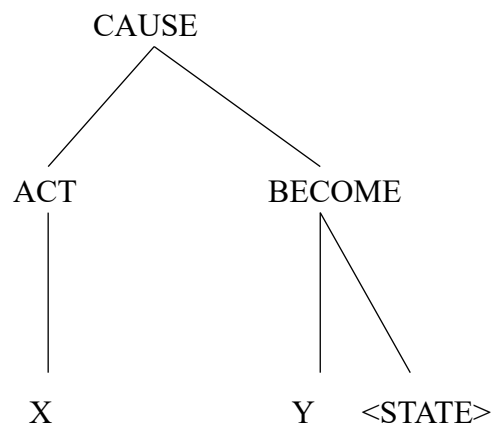
(40) V. Quebrar

[[X ACT (VOLITION)] CAUSE [BECOME Y <STATE>]

(41) V. Beatificar

[[X ACT VOLITION] CAUSE [BECOME Y <STATE>]

Em (40), o metapredicado CAUSE seleciona dois subeventos “ACT”, que abarca uma variável X, e BECOME, que é saturado por dois predicados: a variável Y e a raiz <STATE>. Saliente-se que X será, normalmente, um indivíduo, “ACT” aspecto agentivo, Y um indivíduo ou afetado pela ação, e a raiz apresentada entre colchetes angulados o significado do verbo, isto é, a sua raiz idiossincrática. Além disso, note-se que há um modificador adjunto ao primitivo ACT, VOLITION, que faz menção à agentividade do elemento representado pela variável X. O uso dos parênteses indica que X é voluntária ou involuntariamente agentivo. Vejamos o esquema arbóreo que representa a dominância do metapredicado sobre os subeventos.



Assim, uma possível interpretação para a estrutura de decomposição proposta para a classe de verbos, representada por “Quebrar” é:

(42) X age, voluntária ou involuntariamente, por meio de uma causação, tornando Y ficar em determinado estado.

Por outro lado, em (41), temos a mesma estrutura de decomposição, mas com o modificador volition indicando aspecto necessariamente agentivo do actante X. Com isso, chega-se a uma possível interpretação de (41):

(43) X age, por meio de uma causação, tornando Y ficar em determinado estado.

A raiz <STATE> marca o sentido idiossincrático do verbo. Tanto em (37), como em (38), a raiz representa um estado, isto é, a causação preterida pelo item verbal requisita um estado da variável Y. Assim, podemos representar <STATE> pela forma cognata do verbo:

- (44) 1. [[X ACT (VOLITION)] CAUSE [BECOME Y <QUEBRADO>]
 2. [[X ACT VOLITION] CAUSE [BECOME Y <BEATIFICADO>]

As raízes idiossincráticas dos itens lexicais podem ser representadas pelas variantes <STATE> (estado puro), <PLACE> (estado locativo²⁶) e <THING> (estado possessivo). Em trabalhos de Jackendoff (1963), há raízes como <BE>. Desse modo, infere-se que a denominação das raízes acresce-se de uma lista não exaustiva. Entretanto, essas variantes supramencionadas conseguem abarcar a maioria dos verbos do PB, como atestam trabalhos de Caçado (2010), Meirelles (2013), Amaral, Caçado, Godoy (2012), dentre outros. Note-se que nas representações (1) e (2) a raiz <STATE> marca a inerência semântica resultativa da ação verbal, respectivamente, por <QUEBRADO> e <BEATIFICADO>. A raiz <THING> marca um estado possessivo, sendo comum em verbos instrumentais. Observemos o exemplo:

(45) V. Acorrentar

[[X ACT VOLITION] CAUSE [BECOME Y [WITH <THING>]]

Como se observa, o verbo acorrentar envolve um evento cuja raiz é um estado de posse, isto é, requisita um instrumento para que o resultado da ação se torne possuído. Vejamos uma possível interpretação para a representação em (45):

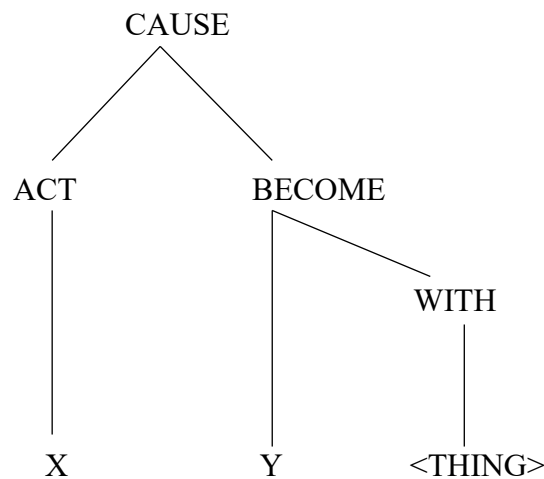
²⁶ Os verbos locativos podem ser designados entre *location* e *locatum*.

(46) X age, por meio de uma causação, tornando Y ficar acorrentado.

Ou

X age, por meio de uma causação, tornando Y ficar com correntes.

É possível perceber que a partícula WITH é que seleciona a raiz do verbo. Esse elemento, segundo Cançado (2016), é representado em Levin (2005) como uma variante da preposição com, que é inerente a verbos instrumentais. Outrossim, é necessário compreender a relação de dominância entre os predicados primitivos e os subeventos. O metapredicado CAUSE domina o primeiro subevento representado pelo predicado ACT, e o segundo, representado por BECOME. Por sua vez, o primitivo BECOME domina a variável Y e a partícula WITH, que domina a raiz <THING>. Analisemos a esquematização gráfica da decomposição dos eventos do verbo acorrentar:



A raiz <PLACE> refere-se a verbos com mudança de lugar. Assim como a raiz <THING>, que é dominada por um outro metapredicado (WITH), essa é dominada por IN, marcada pela preposição em, em PB. Observemos o exemplo:

(47) V. Engaiolar

[[X ACT VOLITION] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]

Em que X age, por meio de uma causação, tornando Y ficar em determinado lugar.

Além disso, caso traduzamos a raiz do verbo engaiolar para a sua marca ontológica, obteremos a seguinte tradução: X age, por meio de uma causação, tornando Y ficar em uma gaiola. Assim, temos a decomposição traduzida para o PB:

(48) [[X ACT VOLITION] CAUSE [Y BECOME [IN <GAIOLA>]]]

Faz-se imperioso ressaltar que a representação gráfica da estrutura em (48) é a mesma de (47), com a diferença entre a alternância de BECOME Y para Y BECOME. Em (47), BECOME aparece antes do Y para indicar que o foco está no estado resultante da transformação. Isso sugere que a mudança ocorre primeiro e Y é o alvo da transformação. Já em (48), a variável “Y” aparece primeiro dentro do domínio de BECOME, indicando que Y é o sujeito da mudança. O que muda em Y está especificado depois (“IN <GAIOLA>”). Isso enfatiza que Y é quem sofre a transformação principal e passa a estar “na gaiola”.

2.5 VALÊNCIA VERBAL

Nesta seção, pretendemos apresentar um breve levantamento acerca dos estudos sobre valência verbal no Português Brasileiro. Tal estudo se faz necessário, sobretudo, na descrição dos ambientes sintáticos e semânticos das variantes verbais, constituidoras de classes, bem como, consoante Alencar (2016, p. 2), na “sua relevância aplicacional aumentada, na medida em que essa abordagem do significado tem desempenhado papel significativo no processamento automático de línguas naturais, na psicolinguística computacional e no ensino do vocabulário”. Para nosso estudo, a priori, ficaremos com a primeira abordagem, a da sua aplicação na descrição sintático-semântica dos verbos.

2.5.1 O estado da arte nos estudos sobre Valência no PB

De modo geral, a valência diz respeito à capacidade que um verbo ou nome têm de selecionar argumentos, preenchendo, pois, suas casas vazias²⁷. Nesse viés, Tesnière (1959) faz a primeira conceituação sobre valência afirmando que o verbo é o núcleo-frase, isto é, o elemento que coordena e seleciona os demais termos de que a frase (sentença) necessita. Com isso, ele propõe a noção de actante e circunstante que, doravante, denominar-se-ão de argumento e adjunto, respectivamente.

Nesse sentido, no Brasil, os primeiros escritos sobre Valência datam de 1996, quando da publicação do livro “Uma gramática de valências para o português”, de Francisco Borba; conquanto o mesmo autor tenha mencionado o termo em um Dicionário Gramatical de Verbos em 1990²⁸ e o aperfeiçoado em 2004²⁹. Em trabalhos mais recentes, Perini (2007) aborda a valência em uma gramática descritiva, tomando como partida os pressupostos franceses e alemães³⁰, bem como faz uma releitura dos postulados de Borba e Vilela³¹.

Borba (1996) afirma que o objetivo da valência é observar e determinar o comportamento do verbo no âmbito da frase. Esse comportamento do verbo é entendido como predicação. Em vista disso, a predicação diz respeito à capacidade de se atribuir propriedades

²⁷ Segundo Borba (1996), “casas vazias” refere-se à quantidade de argumentos que o verbo ou nome têm de preencher, mediante seleção sintática, ora semântica.

²⁸ BORBA, Francisco da Silva. (Coord.) Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1990.

²⁹ BORBA, Francisco da Silva. Dicionário UNESP do português contemporâneo. São Paulo: Unesp, 2004.

³⁰ Na Alemanha, foi desenvolvido um primeiro dicionário que tratasse exclusivamente sobre valência, formulado por Gerhard Helbig e Wolfgang Schenkel, em 1969. (Herbst e Götz-Votteler, 2007).

³¹ Mário Vilela propôs uma Gramática de Valências, a partir de ensaios que escreveu abordando desde a classificação dos verbos até à aplicação e ao ensino transversal da valência e (na) a gramática.

a entidades ou estabelecer relações entre elas. Com isso, entende-se que a predicação não só se refere à tradicional relação sujeito X predicado, mas também à relação que se estabelece entre um núcleo lexical, no caso o verbo, e os seus argumentos. (Mira Mateus et alii, 2002)

Assim, entende-se que o verbo é o predicador da frase, doravante, oração. Como o verbo tem a autonomia de “gerir” os constituintes oracionais, ou seja, selecionar seus argumentos³², Borba denominou tal fenômeno de valência quantitativa. Isso significa que, para ele, os verbos comportam de 0 (zero) a 04 (quatro) argumentos.

Borba (1996) preconiza a ideia de que uma gramática de valências se vale da pretensão de avaliar a quantidade de lugares a serem preenchidos pelos actantes que se relacionam com o verbo, concernente ao grau de coesão, isto é, distância entre os termos, e ao grau de subordinação ou dependência entre eles. Ou seja, para ele, a valência trata exclusivamente da dependência entre o verbo e seus complementos. Sendo assim, dentro de uma teoria da valência deve-se:

- i) Identificar e inventariar as funções sintáticas possíveis;
- ii) Determinar a combinatória das funções do tipo P-A, o que daria um conjunto de frases-modelo ou frases nucleares;
- iii) Descrever as funções N + C, o que daria um conjunto de SN tipo de língua;
- iv) Descrever as funções adjetiva + C ou Adv. + C e
- v) Estabelecer os paradigmas das funções sintáticas valenciais ou não. (Borba, 1996, p. 24)³³

Ora, certo é que o inventário das funções sintáticas que possivelmente sejam obtidas a partir das construções do verbo em diáteses³⁴ quaisquer corresponde à noção propriamente dita do que é da competência de uma gramática de valências. Borba salienta que não é tão simples determinar e relatar as construções sintáticas, doravante argumentos, advindos de um verbo. Para se conseguir mapear tais actantes, pode-se valer, conforme determina o autor, de operações, como de substituição, deslocamento, redução/acrécimo, apagamento, extração e interrogação.

Contudo, parece-se que tais operações só são possíveis a partir de enunciados considerados ortodoxamente atrelados a um verbo, isto é, a orações em que já são previstas, dentro do seu conjunto possível, um determinado número de actantes (nesse caso, sendo plena

³² Por argumento, entendam-se as “exigências” do verbo para a sua complementação de significado. Tradicionalmente, são argumentos do verbo o sujeito (argumento externo, segundo a Valência) e os objetos direto e indireto (argumentos internos). Certos adjuntos adverbiais também serão considerados argumentos internos do verbo. Isso é motivo de discordância em diversos estudos sobre valência.

³³ Em que P-A (Predicado-Argumento), N + C (Nome + Complemento), SN (Sintagma Nominal).

³⁴ O termo diátese não é desenvolvido em Borba (1996) nem em trabalhos posteriores do autor. Entretanto, é explanado por pesquisas atuais, como em Perini (2015), Perini (2019).

ou naturalmente saturadas). Nesse contexto, em questões a serem discutidas mais adiante, ver-se-á que nem sempre alguns desses parâmetros conseguirão abarcar todo o projeto semântico do verbo, haja vista que se confrontarão os aspectos sintáticos e semânticos com os pragmáticos. Borba corrobora isso ao afirmar que:

As regras de inferência e de pragmática são consideradas como princípios que projetam as estruturas conceituais em novas estruturas conceituais. Considerar os significados distingue de considerações lógicas a semântica conceitual. (Borba, 1996, p. 28)

Por mais que aluda à possibilidade de se analisar o verbo sob um viés pragmático, Borba não desenvolve essa linha, mantendo-se precisamente no campo sintático-semântico. Ao mesmo tempo, porém, ao relacionar o estudo valencial com a gramática de casos, o autor assume uma importante discussão a qual pouco é desenvolvida nos trabalhos contemporâneos: a de que cada argumento assume apenas um determinado e exclusivo papel temático. Nisso,

Se um caso se define como atuação dos argumentos na predicação, parece óbvio que cada predicado só terá um tipo de relação casual, isto é, a função casual (= papel semântico) não se repete na mesma matriz. (Borba, 1996, p. 29)

Acontece, não obstante, que há especificidades em sentenças do PB que tornam (quase) inviável ou insustentável a atribuição de um papel semântico, como sendo inerente a um argumento específico. Mesmo que Borba (1996) tenha tido a originalidade de introduzir esse tópico nos estudos em valência em português, ele não o defende ao longo de sua construção das matrizes valenciais. Obviamente, deve haver uma lógica entre um argumento e um papel semântico particular; mas, para que se possa destrinchar a idiosincrasia do verbo, é preciso entender o funcionamento das cadeias sintáticas e como se manifestam³⁵.

Partindo desses princípios, Borba (1996) ilustra que o objetivo da valência é, pois, de observar o comportamento do verbo no âmbito da oração. Nesse âmbito, a análise dos verbos, em uso na Língua, é realizada a partir da égide da valência quantitativa, sintática e semântica. Como já mencionado, a valência sintática examina a natureza dos argumentos, ou seja, verifica suas categorias (SN, SP, SA³⁶). Aqui, vale destacar que o autor faz menção ao SO (sintagma oracional), isto é, verbos que têm como argumento uma oração³⁷. O quadro abaixo

³⁵ A discussão sobre os papéis semânticos é bastante complexa e, por vezes, inebriada por contradições. Borba segue, nesse âmbito, os estudos de Fillmore.

³⁶ Em Sintaxe Gerativa, SN (sintagma nominal), SP (sintagma preposicionado) e AS (sintagma adjetival).

³⁷ Um sintagma oracional parece-nos estar atrelado à noção de verbos de controle e de alçamento.

resume a grade valencial, conforme Borba (1996, pág. 20), concatenando os três níveis de valência.

$$V_1 \rightarrow SN + V$$

$$V_2 \rightarrow SN_1 (A_1) + V + SN_2 (A_2)$$

$$V_3 \rightarrow SN_1 + V + SN_2 + SP$$

$$C_1 \quad C_2$$

$$V_4^{38} \rightarrow SN_1 + V + SN_2 + SP_1 + SP_2$$

$$C_1 \quad C_2 \quad C_3$$

Na concepção de Borba, os verbos, que apresentam valência um, regem um argumento externo, sintagma nominal, com função de sujeito. Além disso, os que têm valência dois comportam dois sintagmas nominais, sendo um argumento externo (sujeito), e o outro, argumento interno (objeto direto). Já os que têm valência três são constituídos por um sintagma nominal, argumento externo (sujeito), um sintagma nominal, argumento interno (objeto direto), e um sintagma preposicionado, argumento interno (objeto indireto). Notamos que, a partir da valência três, Borba define os argumentos internos do verbo também como sendo complementos³⁹. Por sua vez, os verbos com valência quatro concatenam um sintagma nominal, argumento externo (sujeito), um sintagma nominal, argumento interno (objeto direto), um sintagma preposicionado, argumento interno (objeto indireto), e outro sintagma preposicionado, adjunto, segundo o autor⁴⁰.

Como se vê, a distribuição de Borba é simples e direta, e retrata simplesmente as categorias dos constituintes. A valência semântica apenas atribui traços distintivos que, após isso, ensejarão a ocorrência dos papéis semânticos. De fato, a semântico do verbo é essencial para que se possa estabelecer um princípio de seleção de argumentos. Claro que muitos desses actantes são factíveis a partir do conhecimento do falante (mesmo que o autor não finque isso), permitindo uma amplitude dos usos e atribuições dos casos aos verbos.

³⁸ Não nos parece aceitável a ideia de um verbo com valência quatro. Um dos verbos que apresenta tal estrutura valencial, segundo Borba, é o “transferir”. Observemos o exemplo: “Paulo transferiu o dinheiro de Maria para minha conta.” Para ele, ‘de Maria’ é um PP atrelado à estrutura sintática do verbo, o que não ocorre. Percebe-se que ‘de Maria’ é uma especificidade do nome “dinheiro”, ou seja, está diretamente ligado ao NP e não ao V. Logo, na prática, não se sustenta a tese de um verbo com quatro casas vazias. Neste trabalho, porém, uma classe de verbos, a ser abordada, pode ser a única capaz de assumir tal grade temática, composta por verbos os quais têm caráter interlocutório.

³⁹ A distinção entre complemento e adjunto é fulcral nos estudos de valência.

⁴⁰ O autor faz referência ao verbo *transferir*.

Isso significa que, pela identificação das funções temáticas, consegue-se estabelecer um sistema de casos para os nomes e uma taxionomia sintático-semântica para os verbos. De posse de um sistema de casos, montam-se esquemas como: entrar (Ag, L); amar (Ex, Ob); chorar (Ag); dar (Ag, Ob, B); morrer (Ob); horrorizar (Ca, Ob); herdar (B, Ob, Or). (Borba, 1996, p. 52)

Logo, para ele, o sistema de casos evoca o surgimento de esquemas plenos, compostos por papéis semânticos próprios da idiosincrasia dos verbos da língua. Esses papéis, muitas vezes, não precisam ser especificados, pois são algo naturalmente atribuídos e particularmente inerentes ao item lexical, o verbo.

3.5.2 A Valência Verbal em Perini (2010) e (2019)

Perini (2010) conceitua valência como sendo o conjunto das várias diáteses⁴¹ possíveis em que um verbo pode ocorrer. Para ele, qualquer falante pode verificar a possibilidade ou impossibilidade de um ou mais verbos coocorrerem dentro de determinados contextos. Normalmente, podem existir diversas diáteses para os aproximados 6000 (seis mil) verbos de uso corrente no dia a dia. Isso corrobora o princípio da competência, cujo escopo se centra na ideia de o falante conseguir aplicar e (re)utilizar os diferentes parâmetros de que a Língua dispõe para, então, apreender construções diversas.

Dentre as várias possíveis diáteses, Perini elenca quatro que julga mais abrangentes, tendo em vista as formas verbais costumeiramente usadas: i) diátese transitiva; ii) diátese ergativa; iii) diátese transitiva de objeto elíptico e iv) diátese de paciente com em. Como se vê, diferentemente de Borba (1996), Perini aborda a valência não do ponto de vista de casas vazias, mas das diáteses possíveis. Nesse sentido, isso leva a inferir que a valência não é uma questão meramente sintática, mas também semântica. Assim, chega-se a uma outra definição para a valência, de que:

A valência dos verbos é parte essencial do conhecimento gramatical que nos permite usar a Língua, construindo e interpretando frases corretamente, Por isso, é tão importante estudar as valências, que subclassificam os verbos em muitos grupos, cada um com seu comportamento gramatical próprio. (Perini, 2010, p. 141)

⁴¹ Por diátese, entende-se como as possibilidades de um verbo manifestar-se sintática e semanticamente em certas construções.

Observemos que o autor atenta para o fato de a valência subclassificar os verbos em grupos. Ora, se a diátese é um tipo de construção na qual pode o verbo ocorrer, qual a necessidade de subclassificá-lo em grupos, dentro ou além dessas construções? Primeiramente, é preciso ponderar que “os verbos da Língua se classificam consoante as diáteses em que cada um pode ocorrer, ou seja, segundo a valência de cada um” (Perini, 2010). Com isso, o que se denominam grupos nada mais é do que uma valência (ou possibilidade) de construção. Para ilustrar isso, tome-se o exemplo dado pelo autor com o verbo decepcionar.

Esse verbo pode apresentar-se em diversos contextos com diferentes acepções. Entretanto, observando-se os exemplos adotados pelo autor, página 50, percebe-se que ele inclui três diáteses:

- (49) O professor decepcionou os alunos.
- (50) Os alunos decepcionaram.
- (51) Esse professor decepciona.

De acordo com Perini (2010), em (49), tem-se uma diátese transitiva, isto é, o verbo exige um argumento interno, sintaticamente, objeto direto; em (50), uma diátese ergativa⁴², ou seja, um verbo intransitivo com argumento externo, sujeito, exercendo papel semântico de paciente; e em (51), uma diátese transitiva de objeto elíptico, com argumento externo agente e, interno, omitido⁴³. Assim, percebe-se que houve três possibilidades de construção para o verbo decepcionar, mas, em outra, seria impossível. Por exemplo, tentando-se inserir esse verbo em uma diátese de paciente com em:

- (52) ? O professor se decepcionou nisso.

Note-se que a oração seria agramatical e, portanto, inválida, no tocante à análise valencial, haja vista que a preposição em não é regida pelo verbo decepcionar. Isso posto, compreende-se que, para o autor, a subclassificação de verbos em grupos nada mais é do que a sua classificação sintática. Quer dizer, o verbo decepcionar pode ser transitivo direto, intransitivo, mas não transitivo indireto, regendo a preposição em.

⁴² Verbos ergativos são comumente intransitivos, mas com sujeito paciente. Na Gramática Tradicional, em ‘Vozes Verbais’, esses verbos constituiriam o fenômeno conhecido por passividade, em que há um sujeito que sofre a ação verbal, porém não ocorre voz passiva.

⁴³ Segundo Perini, esse tipo de construção é perfeitamente aceitável na Língua Portuguesa, não interferindo em convenções semânticas, pois pode ser facilmente depreendida e, sintaticamente, bem formada.

Todavia, voltando-se ao exemplo (51), facilmente se poderia interpretar a sentença por duas vias: a primeira de que o SN os alunos poderia desempenhar papel de agente; e a segunda de que esse mesmo sintagma fosse paciente. Já que cada diátese organiza os verbos na classe dos que podem e dos que não podem ocorrer nela, haveria em (51) um problema estrutural, de ordem semântica, de colisão entre dois papéis semânticos que impediria o verbo decepcionar de manter tal diátese. Nesse prisma, poder-se-ia mencionar a necessidade de se averiguar a ocorrência de construções sintáticas com potencial de comutação de argumentos e papéis.

Parece-se que esse fenômeno está atrelado à existência de uma classe (ou subclasse/grupo) de verbos denominados de controle de alçamento dos quais pouco se falam nos estudos sobre valência. Esse fenômeno, doravante, será retomado no decorrer deste estudo.

A valência também permite diferenciar as classes de verbos. É fulcral afirmar que todo verbo (ou quase todos)⁴⁴ tem uma construção (ou conjunto de construções) que favorece um conhecimento amplo e didático da grade temática e semântica deles. Perini (2010) apresenta, com exemplos temáticos, uma proposta de distinção das diáteses, fundada na observação da estrutura de determinados verbos em certas sentenças. Verifique-se o quadro a seguir, adaptado do autor:

SUBCLASSIFICAÇÃO DE CINCO VERBOS SEGUNDO QUATRO DIÁTESES				
Verbos	Trans.	Erg.	Trans. De Obj. El.	De Pac. C/Em⁴⁵
BATER	+	-	+	+
COMER	+	-	+	-
DECEPCIONAR	+	+	+	-
FAZER	+	-	-	-
MORRER	-	+	-	-

Pode-se, então, perceber que cada verbo é diferente, no que concerne às diáteses e, por conseguinte, à valência, demonstrando que, numa análise mais abrangente e comparativa, podem-se asseverar as possibilidades sintático-semânticas que um verbo pode apresentar. Dessa forma, conforme o autor:

⁴⁴ Alguns verbos, como os impessoais, principalmente os que denotam fenômenos naturais, carecem de uma grade sintática, já que não apresentam em seu escopo argumento externo nem interno.

⁴⁵ Diátese transitiva (Trans.); diátese ergativa (Erg.); diátese transitiva de objeto elíptico (Trans. De Obj. El.); diátese de paciente com 'em' (De Pac. C/Em).

Não há dois verbos iguais – cada um desses verbos tem uma valência diferente da dos outros quatro. Nem é possível dividir esses cinco verbos em duas classes principais, que depois se subdividem, e assim por diante. (Perini, 2010, p. 140)

Logo, essa descrição, partindo da lógica diatética-valencial, é importante, pois qualquer falante conhece as construções transitiva e ergativa, e reconhece quais verbos são permitidos e possíveis em cada ocorrência.

Dando continuidade à pesquisa em valência verbal, Perini (2019) lança mão das teorias que arvoram o estudo sobre valência e dá início a um projeto, ainda em andamento, sob a forma de um dicionário⁴⁶, o qual busca registrar e organizar as diáteses para algumas classes verbais. É sabido, como já mencionado, que cada diátese corresponde a uma aplicação do verbo dentro de um contexto. Perini (2019) afirma que todo verbo, com poucas exceções⁴⁷, tem potencial valencial, levando-se em conta o licenciamento sintático-semântico dos padrões dessa classe. Contudo, parece-se que, além dos critérios sintáticos e semânticos, fatores pragmáticos podem também influenciar a valência de um verbo. Observem-se os exemplos, retirados de Mourão (2021):

- (52) a. A criança quebrou o brinquedo.
b. O brinquedo quebrou.

Mourão (2021), baseando-se em Perini (2019), conclui que em (52a) tem-se um sintagma nominal, com função sintática de sujeito (agente), e um outro sintagma nominal, com função sintática de objeto direto (paciente). Já em (52b), um sintagma nominal, com função sintática de sujeito (paciente). Ora, em (52b), de fato, pode-se interpretar o NP como sendo o paciente da ação verbal, ao passo que pode ser o agente, a depender da situação comunicacional e a pretensão do falante ao proferir a sentença (52b).

Recentemente, revisitando o planejamento de um dicionário de valências⁴⁸, Perini (2024)⁴⁹ evoca para a importância de um dicionário coerente ser parte da descrição da Língua. À vista disso, chega-se à conclusão de que, de fato, para levantar todos os traços que possam

⁴⁶ O *Dicionário de valências verbais do português brasileiro* (DVV) é um projeto em andamento do prof. Dr. Mário Alberto Perini (UFMG). Gentilmente, o autor cedeu versão preliminar do Dicionário (A versão é em inglês sob o título “Valency dictionary of Brazilian Portuguese verbs”) e de um capítulo elucidativo sobre problemas encontrados na catalogação, a ser publicado futuramente.

⁴⁷ Os verbos impessoais os quais já foram mencionados anteriormente.

⁴⁸ Este estudo, segundo o autor, será publicado neste ano.

⁴⁹ É de conhecimento geral que é estritamente complicado catalogar e dicionarizar formas verbais, especialmente, no que diz respeito à valência, vide, primordialmente, a natureza dinâmica dessas palavras.

ser considerados valenciais de cada verbo é preciso, antes de tudo, atentar não apenas à sua particularidade lexical, enquanto classe dotada de forma e significado, mas também ao seu estado no discurso. Um dicionário de valências que se propõe a antever as particularidades de um verbo deve, pois, preocupar-se com o contexto de uso, não desabonando o conhecimento inato do falante sobre a sua aplicação numa determinada situação.

Nesse viés, segundo Perini, a diátese plena de qualquer verbo deve informar o que se tem, efetivamente, de saber dele, e não algo previsível. Ora, para que seja possível obter tal informação é necessário levar em consideração fatores como “a informação vinda do conhecimento da língua e de aspectos do conhecimento de mundo do usuário.” Sobre isso, Perini conclui:

Tendo em vista o atual estado da investigação, e o que ela nos tem revelado, há três fatores a considerar na hora de explicitar as propriedades valenciais de um verbo: trata-se das regras de protótipo, da atribuição por ausência, e finalmente do lugar das expressões fixas.

Daí, infere-se que o tratamento valencial necessita de copiosa minuciosidade, precipuamente, no que tange à investigação da estrutura verbal. Ora, a que ponto a prototipicidade tende a ser relevante em um dicionário e/ou numa teoria de valências? Parece-se que, por os papéis semânticos, por vezes, tratar-se de algo bastante categórico, isto é, abordar dados que já são (ou devem ser) de conhecimento amplo, podem ser omitidos. Observe-se como o autor registra o verbo abolir no VDBPV antes e após essa constatação:

Verbetes I

ABOLIR

SujV > Agente **V** **SN** > Paciente

Muitas universidades aboliram o vestibular.

Verbetes II

ABOLIR

SujV V SN

Muitas universidades aboliram o vestibular.

Como se nota, no verbete II omitiu-se o papel semântico (temático) dos argumentos verbais, por ser categórico e inerente àquela forma verbal. Ora, é necessário que um agente tenha a capacidade de abolir algo, restando-o paciente. Isso é algo discutido, inclusive, sob a ótica cognitivista, haja vista que pressupõe um conhecimento inato do usuário da Língua. Isso posto deduz-se que a aplicação de uma regra de protótipos no levantamento e catalogação das valências de um verbo é bastante válida e pondera algumas características do verbo, como a sua dinamicidade, conquanto omita outras, como a natureza semântica desse item lexical. Pode-se notar isso quando, ao registrar a entrada abolir no dicionário (mais atualizado), o autor não determina o SujV agente, pois pressupõe ser da familiaridade de todos. Em vista disso, esclarece Perini (2024):

Existe uma generalização em português de que o Agente, quando presente na representação cognitiva de uma oração, é realizado como o sujeito – isso com muitas poucas exceções, possivelmente apenas uma construção. A regra não é bicondicional, de modo que o sujeito nem sempre é agente, mas o Agente é quase sempre o sujeito.

Dessa forma, o autor entende que o “efeito das regras de protótipo na formulação das diáteses é que elas permitem uma simplificação.” Isso quer dizer que, para ele, o reforço a uma teoria que se compromete a entender e verificar a(s) valência(s) de um verbo mediante análise em protótipos é, salvas algumas ressalvas, realmente instigada para uma adequada percepção da natureza dialética do item lexical. Em tempo, a adequação do modelo valencial já se coaduna com diversas aplicações, dentre elas, o tratamento computacional, que permite asseverar e salvaguardar as diáteses, em conjunto, em corpus de quaisquer línguas.

3 ARGUMENTOS E ADJUNTOS

Neste capítulo, apresentamos uma breve discussão acerca da distinção entre argumentos e adjuntos. A princípio, a diferenciação dos complementos de um verbo entre argumentos e adjuntos suscita estudos bastante relevantes para entender a estrutura de um verbo, bem como para elucidar certos problemas de literatura, especialmente, quando um verbo seleciona (ou pode selecionar) dois complementos de mesma configuração sintática.

Na literatura linguística, a distinção entre argumentos e adjuntos remonta aos primórdios da sintaxe gerativa, sendo retratada em estudos de Chomsky (1986), quando avaliou o princípio da inclusão e continência.

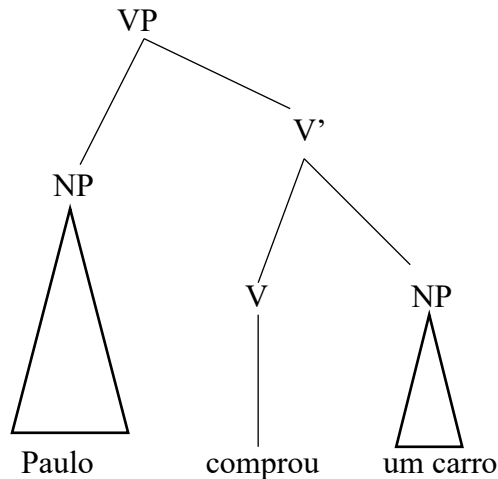
Um argumento é um constituinte incluído na projeção máxima do núcleo com o qual está relacionado; um adjunto é um constituinte que está apenas contido na projeção máxima de um núcleo, uma vez que não é dominado por todos os segmentos da projeção máxima. (Chomsky, 1986, pág. 37)

Segundo Miotto (2009), um sintagma é argumento se ele desempenha um papel semântico que um núcleo lexical lhe atribui. Já os adjuntos são sintagmas que, minimamente, não conseguem compor o escopo verbal. Tomemos os exemplos:

- (53) a. Paulo comprou um carro.
 b. Paulo comprou um carro, com dinheiro⁵⁰.

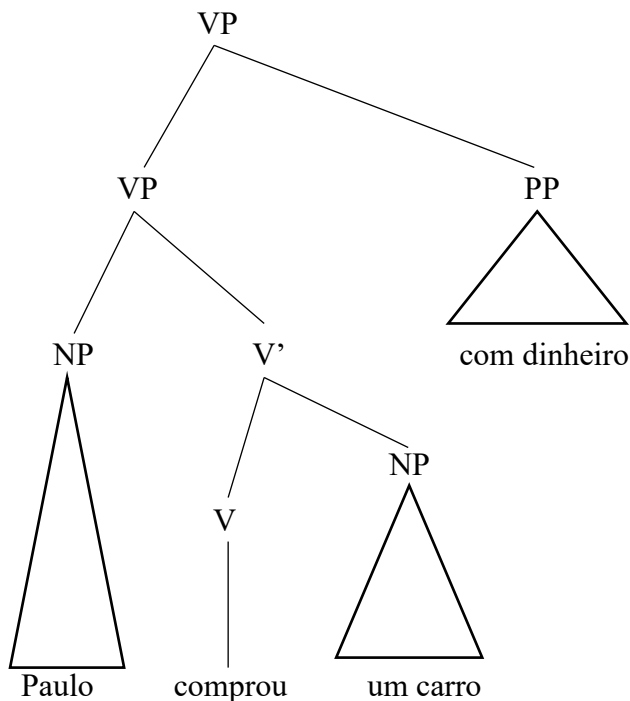
Em (53a), o item lexical comprar estabelece dois elementos que são essenciais para integrar a sua completude semântica: o comprador e a coisa comprada. Assim, para que se possa aceitar, gramaticalmente, e compreender, semanticamente, a situação proposta pelo verbo comprar, é necessário que esses dois elementos se façam presentes. Com isso, devido à sua natureza necessária e imprescindível, deduz-se que os sintagmas Paulo e um carro são argumentos do verbo. Observemos a representação arbórea de (53a):

⁵⁰ A vírgula foi empregada no exemplo apenas com fins estilísticos, de modo a não se interpretar “com dinheiro” como sendo uma característica de “carro”.



Na diagramação, o sintagma nominal “Paulo” estabelece-se à esquerda, na posição de especificador (Spec), assumindo função de argumento externo do VP; à direita, em posição hierárquica inferior ao V’, o sintagma “um carro”, exercendo papel de argumento interno.

Já se tomarmos (53b), observaremos que o sintagma preposicionado “com dinheiro” não se torna um elemento essencial para se possa assimilar o processo de “comprar”, uma vez que, para isso, bastar-nos-ia as informações sobre o agente e o tema. Dessa maneira, o termo “com dinheiro” é adjunto do verbo, VP. Analisemos a representação arbórea de (53b):



Percebe-se que o PP com dinheiro é dominado apenas pelo VP superior, isto é, aparece somente na projeção máxima. A relação desse sintagma é de continência, já que nem todos os

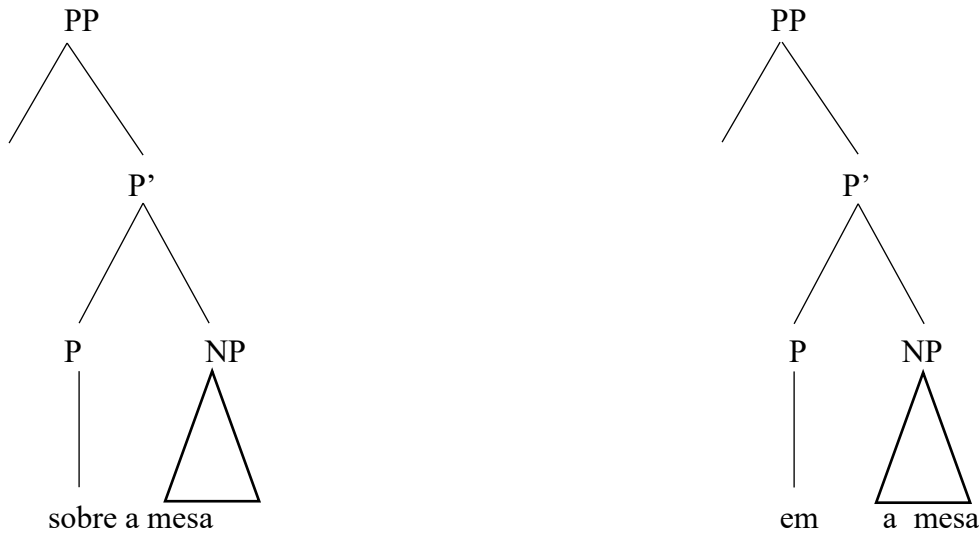
segmentos do VP o dominam (Mioto et al, 2007, pág. 66). Desse modo, diz-se que esse sintagma preposicionado se apresenta numa adjunção ao VP. Além disso, vale ressaltar que, quando se tem uma representação de adjunção, duplica-se a categoria à qual se relaciona, de modo a ser dominado apenas pela categoria superior. Na representação, o PP é dominado pelo VP₁ e não faz parte, portanto, da dominância direta exercida pelo VP₂.

A diferenciação entre argumento e adjunto instaura uma barreira nos esboços das diferentes teorias de representação, como a Teoria X Barra, posto que há a necessidade de se estabelecer um parâmetro que indique a possibilidade de um sintagma ocorrer como argumento ou adjunto. Nesse sentido, alguns testes são propostos no intuito de apresentar um método de identificação e de classificação do complemento. A abordagem clássica, convencional, discute a relevância entre argumento e adjunto a partir dos princípios da subcategorização lexical, c-seleção e s-seleção (Raposo, 1992)⁵¹. Analisemos os exemplos:

- (54)
- a. Paulo deixou o livro sobre a mesa.
 - b. * Paulo deixou o livro sobre o sábado.
 - c. Paulo deixou o livro na mesa.
 - d. Paulo deixou o livro no sábado.

Observemos que em (54ab) a preposição sobre subcategoriza um NP, uma vez que, para o PP, em sua completude, poder emanar significação, ele necessita estar ligado a um NP. A representação arbórea de (54a) e (54c) demonstra a subcategorização, com o NP no campo de dominância direta do PP. Entretanto, nem sempre a subcategorização consegue antever casos de argumentos e/ou adjuntos, pois, concomitante, o item lexical deve C-selecionar ou S-selecionar informações. Voltando a (54a), a preposição sobre c-seleciona um nome, assim como a preposição em. Não obstante, a preposição sobre s-seleciona um núcleo, necessariamente, de valor semântico locativo; por esse motivo, o exemplo (54b) torna-se agramatical. Por sua vez, a preposição em pode s-selecionar não necessariamente uma categoria lexical de valor locativo, como no exemplo (54d), de valor temporal.

⁵¹ Vale ressaltar que a preposição também pode subcategorizar itens lexicais, além de poder c-selecionar ou s-selecionar argumentos (Mioto, 2009).



Dessa forma, infere-se que a preposição, à maneira dos verbos, também pode selecionar argumentos (Jackendoff, 1990). Contudo, os verbos, por predicarem a sentença, conseguem abarcar argumentos e adjuntos, sendo estes facultativos. Conclui-se, logo, de acordo com Cançado (2009), que:

Os argumentos de um predicador, no caso mais específico, de um verbo, são todas as informações de sentido, ou propriedades semânticas, acarretadas lexicalmente por esse verbo para que seu sentido se sature.

Para que se possa compreender a funcionalidade dos testes de verificação de adjunção ou complementação, é preciso salientar que um adjunto, mesmo em posição argumental, modificará o sentido de uma categoria, enquanto o argumento apenas a complementa. Dowty (2000) esclarece que:

Um constituinte Y em uma frase [XY] (ou em [YX]) é um adjunto se e somente se (i) a frase X sozinha (sem Y) também for um constituinte bem-formado, e (ii) X (sem Y) pertencer à mesma categoria sintática da frase [XY]. (X é, nesse caso, o núcleo da frase [XY].) Por outro lado, um constituinte Y em [XY] é um complemento se e somente se (i) X sozinho (sem Y) não for bem-formado, ou então (ii) se for gramatical, X sozinho não pertencer realmente à mesma categoria que tem em [XY] (e não tiver exatamente o mesmo significado que tem em [XY]). (Dowty, 2000, p.2)⁵²

Assim, retomando-se os exemplos em (53), têm-se na sentença (a) dois constituintes: comprou [X] e um carro [Y]. Percebamos que a omissão do constituinte Y afeta no processo

⁵² “A constituent Y in a phrase [XY] (or in [YX]) is an ADJUNCT if and only if (i) phrase X by itself (without Y) is also a well-formed constituent, and (ii) X (without Y) is of the SAME syntactic category as phrase [XY]. (X is in this case the HEAD of the phrase [XY].) Then, a constituent Y in [XY] is a COMPLEMENT if and only if (i) X by itself (without Y) is not well-formed, or else (ii) if it is grammatical, then X standing alone not really have the same category in [XY] (and does not have exactly the same meaning as it has in [XY]).”

de compreensão e de significação da oração, o que aponta para Y ser um argumento de X, pois, em contrapartida, caso o período fosse formado apenas por X, ter-se-ia uma sentença agramatical, pois sozinho ele não constitui sentido, por faltar-lhe complemento. Por outro lado, tomando-se o exemplo (53b), têm-se os constituintes: comprou [X] e com dinheiro [Y]. O apagamento de Y, nesse contexto, em nada afeta o processo de significação, pois, aqui, representa simplesmente um instrumento para realização da ação; ou seja, comprar representa o núcleo da frase, por representar o tema de discussão (a compra).

Moura e Miliorini (2018) revisitam, a partir de estudos de Jackendoff (1977), Miotto (2007), Kenedy (2013), Dowty (1982), alguns testes de verificabilidade oracional, no que tange à ocorrência de determinado termo ser adjunto ou argumento. Em seu estudo, as autoras abordam os seguintes testes: i) opcionalidade do termo; ii) subcategorização; iii) s-seleção; iv) acarretamento; v) retomada anafórica⁵³. Ilustremos com o exemplo (55), criado pelas autoras:

- (55)
- a. O manobrista colocou o carro na vaga.
 - b. *O manobrista colocou na vaga.
 - c. *O manobrista colocou o carro.
 - d. O manobrista estacionou o carro na vaga.
 - e. O manobrista estacionou o carro.

Em (55bc), observemos que a omissão, respectiva, dos termos “o carro” e “na vaga”, parece tornar a sentença agramatical, uma vez que são elementos necessários e obrigatórios à construção da propositura oracional. Já se suprimirmos o sintagma “na vaga”, no exemplo (55d), a sentença manteria o princípio de gramaticalidade, pois essa expressão é opcional ao sentido do verbo. No entanto, esse teste não consegue resolver certas questões em exemplos com a ocorrência de duplo complemento preposicionado. Observemos o exemplo:

- (56)
- a. Paulo rogou por mim a Deus.
 - b. Paulo rogou por mim.
 - c. Paulo rogou a Deus.
 - d. *Paulo rogou.

⁵³ Como já abordamos anteriormente o processo de subcategorização e de s-seleção, não retomaremos essa discussão nesse tópico.

Notemos que a exclusão dos sintagmas “a Deus”, em (56b), e “por mim”, em (56c), não causaria estranheza ao entendimento do período. Diferentemente de (56e), em que o sintagma preposicionado “na vaga” atua apenas como modificador do sintagma verbal, sendo, pois, facultativo, em (56abc), os complementos preposicionados parecem completar o sentido do verbo; e pelo menos a não presença de um desses termos pode resultar em sentença agramatical, como (56d).

Observemos o exemplo (57) proposto por Sartori (2017), no qual há dois complementos preposicionados. Aplicando-se o teste de opcionalidade, percebe-se que, na realidade, um dos sintagmas será exclusivamente adjunto, e não argumento.

- (57) a. Maria falou do prato com a atendente.
 b. Maria falou do prato.
 c. ? Maria falou com a atendente.
 d. * Maria falou.

Em (57b), entende-se que a omissão de com a atendente não prejudicaria a valência do verbo falar, haja vista que, em sua idiosincrasia, preveem-se apenas dois argumentos, sendo um externo (agente) e um interno (tema). Assim, o sintagma preposicionado com a atendente torna-se adjunto de falar. Por outro lado, quando se elide o termo do prato, como evidenciado em (57c), a sentença converte-se agramatical, na medida em que o alvo abarcado imediatamente pelo escopo verbal resta inexistente no período, assim como apresentado em (57d).

Um outro teste proposto pelas autoras, baseando-se em Jackendoff (1977), é da retomada anafórica. Esse teste consiste na substituição de todo o VP por “e isso aconteceu”, em que o pronome isso retoma todo o conteúdo proposicional. O termo que aparecer após a expressão será adjunto. Observemos o exemplo (58):

- (58) a. Maria comprou frutas, e isso aconteceu na feira.
 b. *Maria colocou as frutas, e isso aconteceu no armário.

Note-se que no exemplo (58a) a expressão e isso aconteceu retoma todo o VP [comprou frutas]. Como o PP “na feira” não faz parte da dominância do VP, torna-se adjunto. Percebamos que a sentença continua gramatical, mesmo com a permanência do sintagma preposicionado. Entretanto, em (58b), a oração se apresenta como agramatical, em virtude de

o PP no armário pertencer à grade argumental do verbo. Logo, não pode ser adjunto, mas sim argumento.

Nesse contexto, esse teste consegue diferenciar adjuntos de argumentos verbais, envolvendo sintagmas preposicionados simples, isto é, com apenas uma preposição. No exemplo (59), retomando-se os exemplos (53) e (54), fez-se uma aplicação da verificação para verbos com possibilidade de duplo complemento preposicionado.

- (59) a. * Paulo rogou por mim, e isso aconteceu a Deus.
 b. Paulo rogou a Deus, e isso aconteceu por mim.
 c. * Paulo rogou, e isso aconteceu por mim e a Deus.
 d. * Maria falou do prato, e isso aconteceu com a atendente.
 e. * Maria falou com a atendente, e isso aconteceu com (do) prato.

Em (59a), a sentença é agramatical, em função de o PP *a Deus* fazer parte do escopo verbal; não sendo possível a sua exclusão da retomada anafórica. Já em (59b), percebemos que o PP *por mim* é adjunto do VP, já que não pertence à dominância direta do VP⁵⁴. O exemplo (59c) evidencia que o teste aponta a possibilidade de haver apenas um complemento na posição de argumento, pois a oração se apresenta agramatical na ausência de um sintagma na zona de ligação direta do verbo. Todavia, no exemplo (59d), há um problema estrutural, advindo da ambiguidade da preposição *com*, que pode expressar a entidade com a qual se fala no momento da ação, ou a quem se dirige o conteúdo da fala. Apesar da duplicidade de sentido, fica claro que o PP *do prato* é argumento do VP, pois é facilmente retomado pelo pronome *isso*, como atestado em (59d).

Nesse contexto, esse teste tem sido utilizado para distinguir adjuntos de argumentos envolvendo sintagmas preposicionados. Contudo, sua aplicação é mais adequada a sintagmas locativos, uma vez que a construção com o verbo *acontecer* pressupõe uma relação de localização do evento. Nos exemplos em (59), que envolvem sintagmas preposicionados com papéis semânticos como destinatário ou beneficiário, a aplicação do teste torna-se limitada, pois tais constituintes não expressam propriamente uma relação de locação.

Logo, o teste de retomada anafórica não consegue explicar exemplos com duplo complemento preposicionado, envolvendo verbos de expressão e de petição. Parece-se que,

⁵⁴ Embora a GT aponte para a existência de apenas um complemento preposicionado para cada verbo, parece-nos que o sintagma *por mim*, com papel temático de beneficiário, torna-se um adjunto essencial ao sentido do verbo, uma vez que, de uma alguma maneira, o propósito do “rogo”, por mais que seja direcionado a uma entidade superior (a quem se dirige), recai sobre outro elemento. Nesse caso, o receptor da ação.

diante de certas preposições, como *com*, com potencial de ambiguidade, o teste não distingue com êxito os termos, sendo necessária aplicação de teorias semânticas e/ou pragmáticas externas ao contexto, ficando a possibilidade de estudo posterior, verificando a sintaxe de certas preposições em restringir certas categorias em segmentos verbais.

3.1. Objeto Indireto X Papel Temático

Nesta seção, pretendemos demonstrar a relação entre a atribuição de determinado papel temático, notadamente o beneficiário, a um argumento determinado, o objeto indireto. A partir de um arcabouço teórico, sustentado na noção de objeto indireto, traçamos uma análise sintático-semântica desde a aplicação de exemplos práticos a testes de verificação sintática. Essa análise é preponderante para a averiguação da seleção sintática do objeto indireto, por parte de certos verbos de petição.

Pesetsky (1995) observou que os *Verbs of communicated message* (verbos da mensagem comunicada), como contar/*tell*, perguntar/*ask*, ensinar/*teach*), além de indicarem a não possibilidade de controle do locutor, também podem licenciar duplo complemento direto ou indireto. Observemos o exemplo, proposto pelo autor:

(60) Livia asked Bill the reason for such an attitude.

“Lívia perguntou Bill o motivo por tal atitude.”⁵⁵

Ocorre que, em Língua Inglesa, tal fenômeno é relativamente comum, dado que a aceitação de dois complementos diretos (ou indiretos) pelo verbo é sintaticamente condicionada, a partir de um processo de alternância sintática (Scher, 1996). Em vista disso, Rappaport Hovav e Levin (2008) relevam o fato, tendo como base os significados diferentes relacionados a cada estrutura, em que cada significado faz surgir uma realização diferente para os argumentos. Com isso, na alternância dativa, em Inglês, tornam-se gramaticais sentenças com duplo complemento direto. Vejamos os exemplos, propostos pelas autoras⁵⁶:

⁵⁵ A sentença foi traduzida em seu sentido literal para o português, de maneira a representar o mesmo fato fenômeno linguístico ocorrido na língua original.

⁵⁶ Rappaport Hovav e Levin (2008, p.131).

- (61) a. The noise gave Terry a Headache.
 b. *The noise gave a headache to Terry
 a. “O barulho deu Terry uma dor de cabeça.”
 b’. “O barulho deu uma dor de cabeça para Terry.”

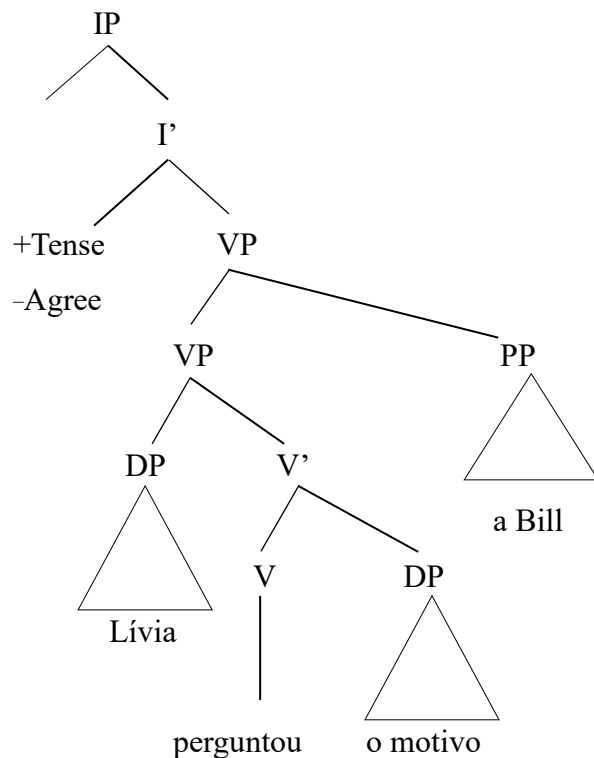
Observemos que a sentença (61a) é gramatical e aceitável, enquanto que (61b) é estranha a um falante do inglês. Percebamos também que os papéis temáticos, respectivamente, são beneficiário e tema, na sentença (61a). Entretanto, quando se alça um NP tema a uma posição de adjunção ao verbo, o uso da preposição *to* torna-se estranho, visto que nessa alternância o argumento toma para si o caso acusativo, mantendo, pois, seu papel semântico.

No entanto, em Língua Portuguesa, sentenças como (60) e (61a) tornam-se agramaticais, uma vez que a alternância dativa é sempre marcada pela preposição⁵⁷. Assim, para que se apresentem como válidas, é preciso reescrever a sentença, de modo a empregar a preposição relativa ao caso regido.

- (62) a. Livia perguntou a Bill o motivo por tal atitude.
 b. O barulho deu a Terry uma dor de cabeça.

É possível verificarmos que os sintagmas “a Bill” e “a Terry”, tais como no inglês, em português também apresentam papel temático de destinatário da ação verbal. A alternância dativa, marcada, sintaticamente, por um objeto indireto aponta para uma relação menos imediata para a ação do verbo. Isto é, o PP é tratado em uma posição exterior ao domínio imediato do verbo. Examinemos a representação arbórea de (62a)

⁵⁷ Como neste estudo pretendemos apenas esboçar particularidades acerca dos complementos preposicionados, não discutiremos, pois, casos de ocorrência (ou não) de duplo complemento direto.



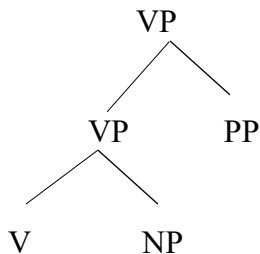
Notamos que o NP com papel de tema é imediatamente dominado pelo núcleo do VP, haja vista ser o afetado ou paciente da ação verbal. Nesse sentido, de acordo com Vilela (1992, pág. 117), o objeto indireto, representado pela categoria Dativo, está em uma posição menos direta da ação, quando ocorrer em construções nas quais houver completo direto e indireto. Assim, evidencia-se que, por razões lógicas, o fato de esse complemento não estar em relação de imediatismo com verbo dá-se em função de atender ao princípio semântico do escopo verbal. Por ser o destinatário, é preciso que se receba, preliminarmente, o tema para, então, ter-se realizada a pretensão argumental.

(63) X perguntar Y a Z.

NP → VP → NP → PP

Para exemplificar, suponhamos que um indivíduo X direcione uma pergunta a Y. Para que Y compreenda e possa atender à demanda solicitada, é preciso que, primeiramente, apresente-se o foco da discussão, isto é, o tema, o paciente, o objeto em debate. De maneira semelhante, numa sentença como “Paulo deu um presente a Maria”, o actante “Maria” só poderá ter uma correlação significativa com o verbo, caso o argumento “um presente” tenha

sido principiado antes. Assim, atendendo ao princípio lógico sintático-semântico, deve-se representar o NP (objeto direto) imediatamente após o VP, e o PP (objeto indireto) em posição exterior, mas em posição de descendência ao VP.



Nesse sentido, conclui Vilela (1992):

As descrições tradicionais do objeto indireto, ou têm apenas em conta (e não de modo sistemático) certos dados semânticos, ou apenas consideram os dados sintáticos, e sempre sem qualquer referência ao aspecto textual (supra-frásico); a gramática de casos compendia em “dativo” (e nos seus desdobramentos; experienciador, meta, etc.) uma soma heterogênea de traços sémiicos. (pág. 117)

Ou seja, como o foco sintático é restringido à regência, pouco se menciona quanto à posição semântica, no que concerne à capacidade de seleção temática, em relação à valência do verbo.

Observemos a definição de ‘objeto indireto’ na visão de gramáticos normativos tradicionais. Percebamos a relevância da semântica, no processo de identificação do termo sintático.

Para Celso Cunha (pág. 157):

O objeto indireto é o complemento de um verbo transitivo indireto, isto é, o complemento que se liga ao verbo por meio de preposição. [...] Enquanto a preposição que encabeça um adjunto adverbial possui claro valor significativo, a que introduz um objeto indireto apresenta acentuado esvaziamento de sentido.

Para Rocha Lima (2010, pág. 248):

O objeto indireto representa o ser animado a que se dirige ou destina a ação ou estado que o processo verbal expressa. Do ponto de vista forma, apresenta as seguintes características: 1) é introduzido da preposição a (às vezes para); 2) na terceira pessoa, corresponde às formas clíticas lhe e lhes; 3) Não admite a passagem para a função de sujeito na voz passiva, salvo raríssimas exceções.

Para Gama Kury (1974, pág. 44):

Representa o ser para o qual se dirige a ação de um verbo transitivo indireto. O objeto indireto, quando figura em predicados com verbos bitransitivos, representa o ser a quem se destina o objeto direto, além de indicar o ser em benefício ou em prejuízo de quem se realiza a ação.

Para Bechara (2010, pág.):

É introduzido apenas pela preposição a (raramente para); b) o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal; c) expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”; d) é comutável pelo pronome pessoal objetivo lhe/lhes (...). Refere-se à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado.

Analisando-se a visão dos gramáticos supracitados quanto à ocorrência e à realização do objeto indireto, percebemos que apenas Cunha e Cintra apresentam uma posição mais centralizadora e tradicionalista, ao passo que os demais acrescentam o viés semântico, como um dos identificadores do termo. Excetuando-se o primeiro, os demais são unânimes em afirmar que o objeto indireto representa a entidade a quem se destina a ação verbal, ou o beneficiário ou maleficiado (Raposo, 1992). Gama Kury não menciona o traço semântico de animacidade, como sendo fulcral para designação de um objeto indireto; enquanto que Rocha Lima e Bechara associam o termo a um ser de caráter animado ou próximo disso. Examinemos os exemplos:

- (64) a. Os políticos precisam de eleitores.
 b. A mulher precisa de acessórios.
 c. Paulo deu um presente para Maria.
 d. Pedro deixou dinheiro no Banco.

À luz dos gramáticos consultados, o termo de eleitores não poderia ser um objeto indireto. Na visão de Bechara: (-prep. ‘a’/‘para’); (+anim.); (-benef. -dest.); (-lhe/lhes). Para Kury e Rocha Lima, o termo só é compatível apenas com o critério da animacidade; Cunha e Cintra consideram tal expressão como objeto indireto, pois, para eles, basta haver ligação indireta com o verbo, com preposição vazia de significado. Tal fenômeno repete-se em (64b), quando nenhum dos critérios é atendido, visto se tratar de uma entidade não animada. Para esses autores, há na verdade um complemento relativo. Essa ideia advém de convenções gramaticais antigas, não ortodoxas, relatadas inclusive em estudos contemporâneos⁵⁸, como de Azeredo (2013) e Castilho (2010). De acordo com Bechara,

Não há unanimidade entre os estudiosos em considerar tais argumentos do predicado complexo como complementos relativos. Levando em conta exclusivamente o aspecto semântico, muitos preferem considerar tais termos como adjuntos circunstanciais ou adverbiais [...]. (Bechara, 2001, p. 421.)

⁵⁸ Não iremos nos ater à discussão sobre complemento relativo, pois não é o foco no nosso trabalho.

Ora, com base em quais circunstâncias podemos considerar os termos de eleitores e de acessórios como adjuntos circunstanciais, tendo em vista que não emanam quaisquer circunstâncias? Seguindo essa linha de pensamento, parece-nos que a visão de Cunha e Cintra é mais assertiva e racional. Analisemos os exemplos (64c) e (64d). Em (64c), todos os autores são unânimes em considerar para Maria um objeto indireto, já que atende a todos os requisitos propostos. Entretanto, em (64d), a preposição em gera um impasse na análise do termo, consoante a visão dos autores em estudo. Ora, para Bechara, Rocha Lima e Kury, o termo só não atende ao traço semântico de animacidade, conquanto Bechara abra possibilidade para uma entidade concebida como tal⁵⁹.

Em quaisquer leituras, no Banco apresenta papel destinatário da ação, pode ser substituído por lhe e não aceita passivização. Por outro lado, Cunha e Cintra apontam para a semântica da preposição. Como já apresentado, para eles, a preposição encabeçadora de um objeto indireto deve ser vazia. Vejamos os exemplos:

- (65) a. Pedro deixou dinheiro no Banco.
b. Pedro deixou dinheiro ao/para o Banco.

Quando se empregam as preposições a ou para no exemplo (65b), não há significação processual, isto é, elas são simplesmente relacionais. Já em (65a), a preposição em apresenta valor nocional, ou seja, tem uma significação embutida; nesse caso, de lugar. Assim, para esses gramáticos, em (65a) ter-se-ia um exemplo de adjunto circunstancial e em (65b), de objeto indireto.

Dessa maneira, nota-se que o objeto indireto deve atender aos requisitos de: i) iniciar-se com preposição; ii) ser o destinatário e/ou beneficiário; iii) não aceita alternância passiva e iv) ser +- animado.

Wenceslau (2003, pág. 40), porém, afirma que o beneficiário tem ocorrência sintática livre na sentença, como argumento externo, interno ou em adjunção, dependendo apenas da estrutura argumental selecionada pelo predicador. Com isso, assume-se que tanto o objeto indireto, quanto certos adjuntos circunstanciais podem apresentar papel temático beneficiário⁶⁰, com noções semânticas semelhantes.

⁵⁹ Isto é, se tomarmos em caráter semântico-pragmático o termo como referência ao Banco, instituição viva, formada por pessoas, tal expressão é considerada como +animada, segundo o gramático.

⁶⁰ Destaca-se também que, embora estejamos tratando neste trabalho apenas casos de beneficiário em estruturas preposicionadas, nem sempre este ocorre nessas acepções. Por exemplo, em “*João ganhou um carro*”, o NP “*João*” é o beneficiário da ação verbal.

Essa definição pode ser relevante para determinar certas classes de verbos, que apresentam características singulares em certas acepções. Por outro lado, também pode ajudar a definir argumentos de adjuntos, mediante utilização de certos testes sintático-semânticos. Observemos os exemplos, retirados de Sartori (2017):

- (66) a. Falaram de Pedro para Maria.
 b. Luísa perguntou sobre a viagem para a mãe.
 c. Os internautas pediram sobre a Rosa Mosqueta para a blogueira.
 d. A comadre lamentava para o esposo sobre a dificuldade de se viver no sertão.

Sartori (2017) argumenta que nos exemplos apresentados têm-se casos de duplo objeto indireto, com papel temático de objeto estativo para um objeto indireto e o papel temático de alvo para outro objeto indireto. Não obstante, aplicando-se os critérios elencados por Bechara, Rocha Lima e Gama Kury, encontraremos certas discrepâncias.

Para o exemplo (66a):

- * “de Pedro” → +anim. ; -prep. ‘a’/‘para’ ; -benef. -dest.
- * “para Maria” → +anim. ; +prep. ‘a’/‘para’ ; +dest.

Para o exemplo (66b):

- * “sobre a viagem” → -anim. ; -prep. ‘a’/‘para’ ; -benef. -dest.
- * “para a mãe” → +anim. ; +prep. ‘a’/‘para’ ; +dest.

Para o exemplo (66c):

- * “sobre a Rosa Mosqueta” → -anim. ; -prep. ‘a’/‘para’ ; -dest.
- * “para a blogueira” → +anim. ; +prep. ‘a’/‘para’ ; +dest.

Para o exemplo (66d):

- * “para o esposo” → +anim. ; +prep. ‘a’/‘para’ ; +dest.
- * “sobre a dificuldade de se viver no sertão” → -anim. ; -prep. ‘a’/‘para’ ; -dest.

Como se observa, os sintagmas preposicionados iniciados pelas preposições “de” e “sobre” não podem ser analisados como casos de objeto indireto, visto que não apresentam todas as características semânticas de que necessita. Nesse prisma, uma outra maneira de

verificar a possibilidade de se tratar de um argumento regido pelo verbo é a aplicação de testes sintáticos (sintático-semânticos). Assim, aplicando-se o critério proposto pelos gramáticos, de alternância com “lhe”:

- (67) a. * Falaram-lhe para Maria.
 b.* Luísa perguntou-lhe para a mãe.
 c. * Os internautas pediram-lhe para a blogueira.
 d. * A comadre lamentava-lhe para o esposo.

Percebamos que a substituição dos sintagmas “de Pedro”, “sobre a viagem”, “sobre a Rosa Mosqueta” e “sobre a dificuldade de se viver no sertão” pelo pronome oblíquo “lhe” torna as sentenças agramaticais, uma vez que o verbo não aceita tal alternância, tendo, na sentença, um outro complemento preposicionado. Agora, veja-se o inverso. Substituamos os sintagmas iniciados pela preposição “para”. Com essa substituição, a sentença torna-se viável, sob o foco sintático e semântico, levando-nos a concluir que apenas os termos encabeçados por tal preposição é que são, de fato, casos de objeto indireto. Assim, entendemos que os termos iniciados pelas preposições “de” e “sobre” podem ser analisados a partir de uma perspectiva de adjunto circunstancial, complemento relativo ou, simplesmente, objeto direto preposicionado, com a preposição expletiva⁶¹.

- (68) a. Falaram-lhe de Pedro.
 b. Luísa perguntou-lhe sobre a viagem.
 c. Os internautas pediram-lhe sobre a Rosa Mosqueta.
 d. A comadre lamentava-lhe sobre a dificuldade de se viver no sertão.

Sob outra perspectiva, tais exemplos serviram de base para a definição da classe dos verbos de expressão, segundo Sartori (2017). Analisem-se os exemplos:

- (69) a. A moça reclamou com a atendente sobre a demora na fila.
 b. A professora respondeu sobre a questão para o aluno.
 c. O camponês balbuciava sobre o tempo para seu amigo.
 d. A empregada fofocava sobre todo mundo para a vizinha.

⁶¹ Não nos aprofundaremos nessa seara, haja vista que o foco deste capítulo é apenas o de evidenciar que, realmente, não há dois complementos indiretos.

- e. A moça orou para Deus contra a inveja.
- f. Os manifestantes bradavam para os políticos contra a corrupção.

Nesses exemplos, os verbos *reclamar*, *responder*, *balbuciar*, *fofocar*, *orar* e *bradar* representam expressões de fala, em variadas acepções semânticas e/ou pragmáticas. Nota-se também que as sentenças anotadas por Sartori possuem a mesma estruturação sintática (NP, PP, PP). Além disso, os complementos preposicionados também possuem os mesmos papéis temáticos, respectivamente, objeto estativo e alvo; exceto em (69a), (69e) e (69f) nos quais se dá o inverso: alvo e objeto estativo. Em sentenças com objetos simples, isto é, apenas com um complemento, a autora registra os mesmos papéis: ora objeto estativo, ora alvo.

Todavia, vejamos as seguintes sentenças, que também têm em comum o fato de denotarem um ato de fala.

- (70) a. Rogai por mim a Deus.
- b. A Igreja intercede por nós a Deus.
- c. O advogado impetrou um recurso ao Tribunal pelo réu.
- d. O bandido suplicou pela vida do companheiro ao carrasco.
- e. Supliquei pelos alunos ao diretor.

Ora, indubitavelmente, os verbos *rogar*, *interceder*, *impetrar* e *suplicar* representam expressões de fala, tais como *reclamar*, *responder*, *fofocar*, *orar*, etc. Em contrapartida, esses verbos apresentam distintas características daqueles: i) referem-se a um ato de fala em comum – pedido/súplica; ii) têm, necessariamente, de ter um complemento beneficiário.

Para o exemplo (70a):

A1 → +agt. +hum. +anim. (NP)

A2 → +benef. +hum. +anim. (PP +por)

A3 → +dest. +-hum. +-anim. (PP +a)

Para o exemplo (70b):

A1 → +agt. +hum. +anim. (NP)

A2 → +benef. +hum. +anim. (PP +por)

A3 → +dest. +-hum. +-anim. (PP +a)

Para o exemplo (70c):

A1 → +agt. +hum. +anim. (NP)

A2 → -benef. +objeto estativo -hum. -anim. [(NP)]

A3 → +dest. -hum. -anim. (PP +a)

A4 → +benef. +hum. +anim. (PP +por)

Para o exemplo (70d):

A1 → +agt. +hum. +anim. (NP)

A2 → +benef. -hum. +anim. (PP +por)

A3 → +dest. +hum. +anim. (PP +a)

Para o exemplo (70e):

A1 → +agt. +hum. +anim. (NP)

A2 → +benef. +hum. +anim. (PP +por)

A3 → +dest. +hum. +anim. (PP +a)

Como se observa, à luz da valência, tais verbos apresentam valência três, ou seja, necessitam de, pelo menos, três argumentos para que possam ter seu processo verbal completado e atendido. Em (70c), o complemento não preposicionado é facultativo na sentença. Também é possível verificarmos que todos têm a mesma grade temática, isto é, argumentos com a mesma acepção sintática e semântica; fato que não ocorre na maioria dos verbos de expressão catalogados. Retomando-se a discussão anterior, acerca da verificabilidade da ocorrência de objeto indireto, notamos que a maioria dos exemplos evidencia o traço +animado, +beneficiário (PP +por), +destinatário (PP +a/para), +alternância ‘lhe/lhes’⁶². Desse modo, esse grupo de verbos de expressão pode comportar, valencialmente, tal realização sintática de dois sintagmas preposicionados? Os demais verbos de expressão também não o poderão comportar? Para verificar se outros verbos que denotam atos de fala também podem admitir dois complementos preposicionados – objetos indiretos –, propõe-se um teste semântico de papel beneficiário. Observemos os exemplos:

⁶² No exemplo (c), ‘ao Tribunal’, entendendo-se novamente a concepção de Bechara de que o ser animado também possa ser representado como uma entidade equivalente, tem-se um objeto indireto; vide exemplo (35b) no Banco (cf.)

- (71) a. Paulo comunicou por seu pai ao chefe.
 b. Fale por mim ao professor.
 c. A filha pediu pela vida do pai ao médico.

Os verbos *comunicar*, *falar* e *pedir* representam atos de fala e estão em uma mesma construção sintática: NP > PP (por) > PP (a). O teste consiste na inserção da expressão “em favor de” na posição do PP (+por), já que representa, normalmente, o complemento com o papel beneficiário. Caso a sentença aceite a expressão, designa-se como tendo verbo peticional, com argumento beneficiário; do contrário, o verbo é genuinamente de expressão, e o termo pode ser analisado do ponto de vista de adjunto circunstancial.

- (72) a. * Paulo comunicou [em favor dele] ao chefe.
 b. * Fale [em meu favor] ao professor.
 c. A filha pediu [em favor dele] ao médico.

Em (72a) e (72b), ambas as sentenças se tornam agramaticais, pois os verbos não comportam o argumento beneficiário. Para que isso ocorresse, era preciso que os verbos direcionassem um tema a uma entidade e esta, por reação, redirecionava o tema em função de outrem. Já no exemplo (72c) percebe-se que a oração aceita a expressão beneficiária, haja vista que há um direcionamento da ação verbal para uma entidade. Assim, os verbos ‘comunicar’ e ‘falar’ são estritamente de expressão, enquanto o verbo ‘pedir’ apresenta matiz ‘peticional’.

Dessa forma, conclui-se que os verbos canonicamente de expressão não podem comportar dois complementos preposicionados como objetos indiretos. Ou seja, em (71ab), “por seu pai” e “por mim” são tratados como adjuntos adverbiais, inclusive, podendo ser omitidos, sem prejuízo à significação do período. Por outro lado, em (71b), parece-nos que, definitivamente, os termos “por nós” e “a Deus” são requisitados pelo verbo e atendem, necessariamente, aos critérios elencados. Assim, trata-se de dois objetos indiretos, sendo ambos argumentos necessários do verbo interceder.

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

Para a realização desta Dissertação, de caráter bibliográfico qualitativo, e de aspecto descritivo-explicativo, inicialmente, fizemos um levantamento referencial, no que tange aos estudos em valência verbal no português brasileiro, de modo a se compor um estado da arte que reflita o atual estágio das pesquisas no assunto. Para isso, revisitamos os postulados de Borba (1996), Borba (1990), Perini (2010), (2019), com o fito de observar e analisar os estudos desses autores, em seus respectivos trabalhos, além de verificar aspectos não aprofundados ou com pouco fundamento, que necessitam de uma minuciosa pesquisa, para a aplicação nos postulados contemporâneos na área. Além disso, também foi realizada uma verificação de confirmação da abrangência do tema na área da Semântica Lexical. Para isso, buscamos em trabalhos de Cançado, Godoy, Amaral (2013), Cançado (2012), Cançado e Amaral (2016), Cançado e Gonçalves (2016), por exemplo, embasamento para sustentação da teoria dos verbos de petição.

4.2 Delimitação do universo e da amostra

Em seguida, antes de se aprofundar no cerne deste trabalho – a classe dos verbos de petição –, realizou-se uma pesquisa para elaborar um quadro demonstrativo do estado da arte acerca das classes e subclasses de verbos já registradas. Para isso, mediante busca no Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, no Repositório Institucional da UFC e da UFMG, uma vez que, no Brasil, grande parte dos estudos em Semântica Lexical, especialmente sobre classes verbais, e valência foram produzidos nesta, chega-se a estudos de autores relevantes na área da Sintaxe e Semântica, tais como Almeida (2015), Alves, Chishman, Quaresma (2005), Amaral (2012), (2013), Amaral e Cançado (2014), Araripe (1997), Cançado (1995), Chaves (2024), Corrêa (2005), Cunha (2019), Godoy (2008), Meirelles (2013), Moreira (2000), Nascimento (2015), Oliveira (2019), Oliveira (2019), Oliveira (2020), Sartori (2017), Silva (2002), Souza (2023), Wenceslau (2003) e Lana (2001), dentro outros. O registro torna-se expressivo, uma vez que, assim, pode-se averiguar as pesquisas já feitas, outras em andamento, e, por conseguinte, planejar estudos futuros, contemplando áreas pouco debatidas ou exploradas.

Doravante, no processo de catalogação dos verbos de petição, realiza-se uma busca não

exaustiva no *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo*, de Borba (1990), no *Dicionário Houaiss*, no *Dicionário Prático de Regência Verbal*, de Luft (2009) e no *Dicionário de Verbos e Regimes*, de Fernandes (2008). Outrossim, realiza-se busca de verbos, precipuamente, de maneira a se analisar a estrutura de eventos e a grade temática, na plataforma *VerboWeb*⁶³. Esta última serviu de base para se perceber os verbos que ainda não fazem parte do corpus online e que, por ventura, possam integrar a plataforma.

4.3 Procedimentos para coleta de dados

Por fim, para se apreender e reconhecer a estrutura de decomposição de predicados, fulcral no desenvolvimento e registro da classe dos verbos de petição, consultaram-se os estudos de Levin (1993), Levin e Rappaport Hovav (2005), Caçado e Amaral (2016). Com essa pesquisa, pode-se assimilar as diretrizes que regem a estrutura de eventos, bem como se obter embasamento teórico necessário para aplicação prática nos compêndios deste trabalho.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de explorar e compreender a estrutura sintático-semântica dos verbos de petição no Português Brasileiro (PB), um fenômeno que demanda uma análise detalhada dos contextos em que esses verbos aparecem e como eles se comportam em termos de valência e seleção de argumentos. O caráter bibliográfico do estudo se dá pela consulta e análise de obras-chave na área de linguística, especificamente no que diz respeito à teoria da valência verbal e à classificação de verbos, mediante as teses da semântica lexical, utilizando como base autores como Borba (1996), Caçado e Amaral (2016), Levin (2010), Levin (1993). O aspecto descritivo-explicativo da pesquisa visa não apenas à descrição detalhada dos verbos de petição, mas também à explicação de suas propriedades e à proposta de uma nova classe verbal no contexto da valência.

O universo de estudo desta pesquisa compreende os verbos de petição em Português Brasileiro, uma classe proposta dentro dos verbos de expressão. Esses verbos são selecionados a partir de obras de referência como o *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo* de Borba (1990), o *Dicionário Houaiss*, o *Dicionário Prático de Regência Verbal* de Luft (2009), e o *Dicionário de Verbos e Regimes* de Fernandes (2008). A amostra é composta pelos verbos catalogados nessas obras que apresentam características de petição, como *pedir*, *implorar*, *rogar*, *suplicar*, entre outros. A seleção destes verbos é feita

⁶³ Até o momento, a plataforma VerboWeb está na sua terceira versão.

de forma criteriosa, levando em consideração a capacidade desses verbos de licenciar dois argumentos preposicionados, uma das principais características identificadas na classe dos verbos de petição. A amostra inclui verbos que apresentam propriedades semântico-sintáticas específicas, como a capacidade de selecionar dois argumentos preposicionados e a realização de atos de petição, que são geralmente direcionados a um destinatário em benefício de um terceiro ou do próprio solicitante. Para garantir que a amostra seja representativa, utilizou-se uma estratégia de seleção intencional, focada nos verbos que apresentam variação quanto ao número de argumentos, a natureza dos papéis temáticos envolvidos, e a flexibilidade no uso em diferentes registros e contextos comunicacionais.

Os dados foram coletados a partir de fontes bibliográficas e corpora online⁶⁴, especificamente a plataforma *VerboWeb*, que reúne dados sobre a semântica lexical dos verbos em Português Brasileiro. A coleta de dados envolve a identificação e catalogação dos verbos de petição e a análise de suas estruturas sintático-semânticas. Este processo inclui a análise da valência dos verbos, a observação das diáteses possíveis, e a verificação das propriedades específicas que diferenciam os verbos de petição de outras classes de verbos de expressão. A coleta de dados foi acompanhada por uma revisão de literatura abrangente, que abrange estudos sobre a teoria da valência e a classificação de verbos em PB, garantindo que todos os aspectos relevantes sejam cobertos.

4.4 Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados coletados foi realizada em duas etapas principais. Primeiro, fez-se uma análise sintático-semântica dos verbos de petição identificados, com foco na sua valência e na estrutura dos argumentos que eles selecionam. Essa análise foi realizada com base na teoria da valência verbal, alicerçada nas bases da Semântica Lexical, conforme proposta por autores como Borba (1996), Levin (2010), Levin (1993). Assim, identificaram-se as propriedades específicas dos verbos de petição, como a capacidade de licenciar dois argumentos preposicionados e a possibilidade de transformação passiva, em certas construções sintáticas. Em seguida, realizou-se uma estrutura de decomposição dos predicados desses verbos para identificar as constantes e variáveis que compõem sua estrutura semântica. Essa etapa permite a compreensão detalhada da idiosincrasia desses verbos e a elaboração de uma proposta de classificação para a nova classe verbal dentro dos verbos de

⁶⁴ No que se refere aos corpora online, realizamos buscas no Corpus do Português e na Linguateca: <https://www.corpusdoportugues.org/> / <https://www.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CBRAS>

comunicação. Além disso, com o fito de distinguir a natureza dos complementos preposicionados selecionados pelos verbos peticionais, propuseram-se testes de verificabilidade.

Inicialmente, a partir de exemplos simples, com sintagmas preposicionados únicos, como no segmento: *Paulo comprou um carro pela manhã*, verificou-se mediante os critérios de substituição, comutação e supressão do termo, se a expressão em análise é adjunto ou argumento. Doravante, quando da apresentação de exemplos de duplo sintagma preposicionado ao verbo, apresentou-se, baseado em Jackendoff (1977), o teste de retomada anafórica, como no exemplo: *A igreja intercedeu por nós a Deus, e isso aconteceu por nós*, em que, por o sintagma *por nós* não se apresentar como resgatado pelo pronome *isso*, torna-se adjunto.

O teste de retomada anafórica permitiu visualizar a aceitação ou não de um determinado complemento pelo verbo. Na situação posta anteriormente, como o sintagma *por nós* não pôde ser recuperado, mediante inserção de *isso*, conclui-se que ele não se torna um argumento, mas sim adjunto do verbo.

Ademais, um outro teste proposto é o de verificação de papel beneficiário. Tal teste analisa se o verbo em pauta comporta argumento com tal aceção semântica, além de constatar se esse item lexical pertence ao grupo dos verbos de expressão ou ao subgrupo de petição. Assim, observe-se este período: *Paulo falou pelo pai ao chefe*.

Caso substituíssemos o sintagma *pelo pai* pela expressão “em favor de”, ter-se-ia uma sentença agramatical: *Paulo falou [em favor dele] ao chefe*. Ora, aparentemente *pelo pai* está em papel de substituição, não de beneficiário. Logo, pelo teste descrito, não teríamos um complemento com papel beneficiário; sendo o verbo legitimamente de expressão. Por outro lado, em uma sentença como: *A mãe rezou a Deus pelo filho*, a substituição seria aceita: *A mãe rezou a Deus [em favor dele]*. Dessa maneira, nesse caso, o verbo aceitaria o argumento com papel beneficiário, sendo de caráter peticional.

5 A CLASSE DOS VERBOS DE PETIÇÃO EM PB

Neste capítulo, trataremos da análise dos verbos de petição e faremos a verificação se a propriedade semântica de solicitação influencia o comportamento sintático. Inicialmente, descreveremos esses verbos e o seu comportamento, enquanto grupo significativo.

Devido à sua natureza dinâmica, baseada na semântica, os verbos podem ser organizados em diversas classes. Dentre os verbos de expressão, há uma classe que tem como propósito, um pedido: os verbos de petição. Resolveu-se separá-los dos verbos de expressão, por ter-se identificado certas propriedades que os distinguem daqueles. Eis alguns exemplos dos 33 (trinta e três) verbos de petição catalogados:

(73) impetrar, oferecer, rezar, rogar, interceder, suplicar, pedir, apresentar, benzer, implorar, clamar, invocar, conceder, reivindicar, requisitar, reclamar, apelar, propor, pleitear, requerer, solicitar, orar, advogar, interpor, impugnar, protestar, sustentar, postular, exigir, apregoar, recorrer, proferir, evocar...

Ao se descrever a estrutura sintático-semântica desses verbos, percebeu-se que:

- i) Aceitam dois sintagmas preposicionados;
- ii) Têm sujeito agentivo, com um dos complementos internos beneficiário e outro destinatário;
- iii) Aceitam a transformação passiva;
- iv) Têm raiz, na estrutura de eventos, equivalente a <pedido>⁶⁵;
- v) Diferentemente de outras classes verbais, esses podem apresentar valência quatro⁶⁶.
Observe-se o exemplo:

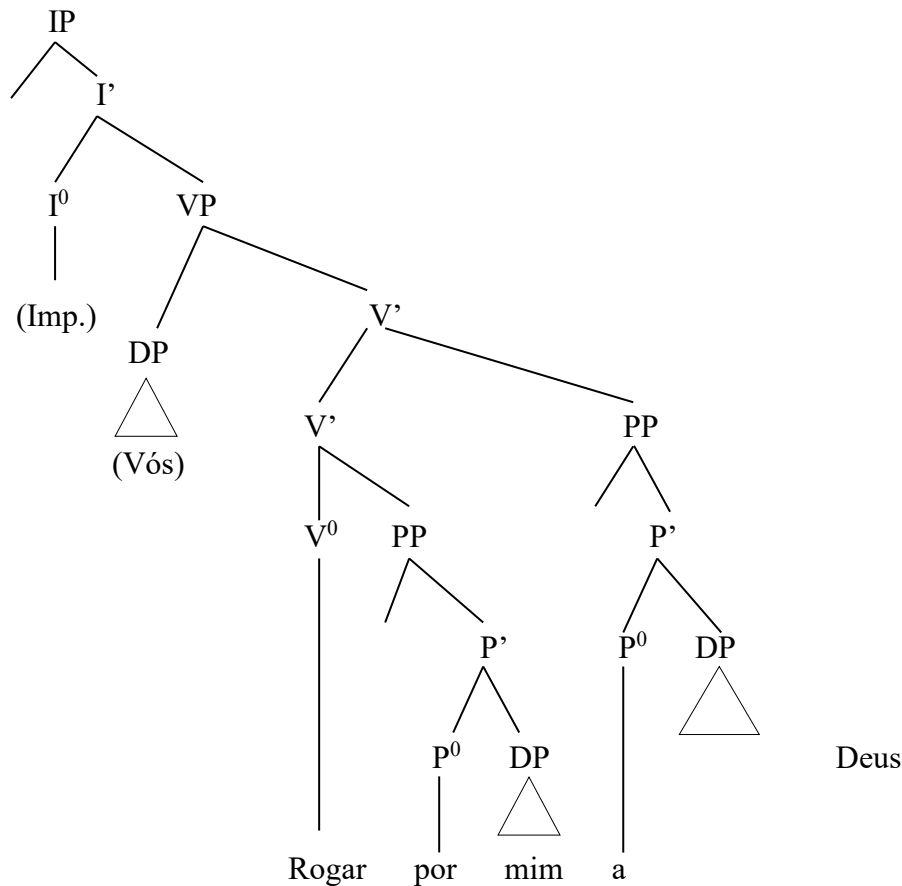
(74) Rogai por mim a Deus.

(γ) α β

Em que γ age, por meio de uma petição a β , em benefício de α .

Pode-se notar que o argumento externo γ , oculto na sentença, desempenha papel temático de agente, enquanto que os termos α e β assumem, respectivamente, papéis de beneficiário e destinatário.

⁶⁵ Como explicado, os verbos de petição, pragmaticamente, podem ter matiz religiosa ou jurídica. Não obstante, o metapredicado <pedido> parece-nos mais viável para definir a raiz semântica dessa classe.

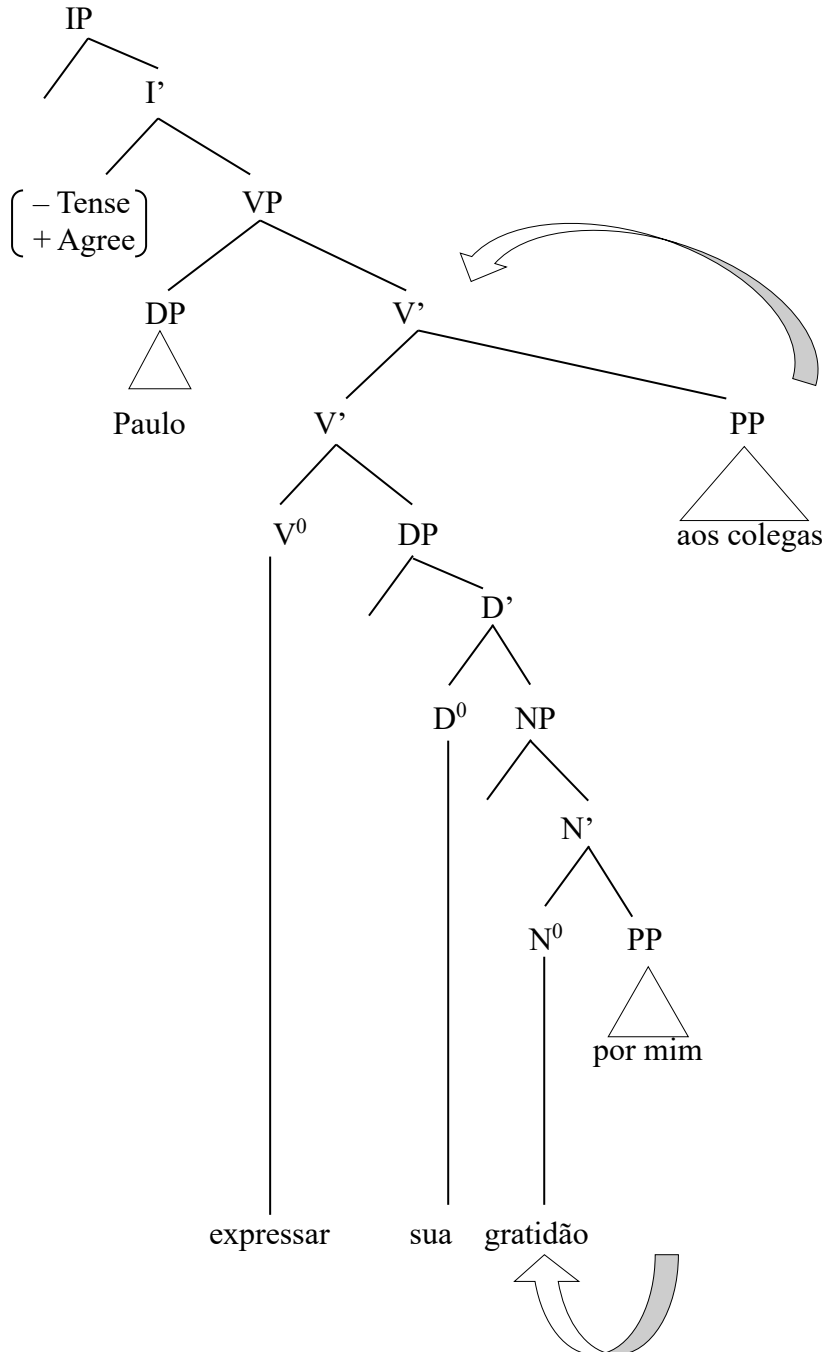


Na esquematização arbórea, é possível asseverar que tanto o sintagma preposicionado PP₁, representado pela expressão *por mim*, e o sintagma preposicionado PP₂, representado pela expressão *a Deus*, constituem-se elementos dominados pelo verbo. Entretanto, é fulcral evidenciar que, a outros verbos pertencentes à classe dos verbos de expressão, não necessariamente os com a acepção de petição, não é factível a atribuição de dois PP ao VP. Sobre isso, observem-se os exemplos:

- (74) a. Paulo expressou sua gratidão aos colegas.
 b. Paulo expressou sua gratidão por mim aos colegas.
 c. ? Paulo expressou por mim aos colegas.
 d. ? Paulo expressou-se por mim aos colegas.

Em (74a), o verbo *expressar* apresenta um NP₁, com papel de agente, NP₂, com papel de tema, e PP, com papel de alvo. O aspecto semântico é o de expressão, que envolve uma ação comunicativa, com transferência de algo para um alvo destinatário. Já em (74b), houve o

acréscimo de um PP *por mim* à sentença. Entretanto, observa-se que ele não é uma dependência direta do VP, mas sim do NP₂. Verifique-se a representação arbórea de (74b):



Assim, o PP *por mim* não é um argumento, tampouco adjunto do VP. Ele funciona apenas como um complemento do NP⁶⁷. Em (74c), a tentativa de atribuir dois sintagmas

⁶⁷ O núcleo do NP é o nome *gratidão*, que é uma palavra transitiva; isto é, necessita de um complemento para

preposicionados ao verbo torna-a agramatical, haja vista que, necessariamente, o verbo *expressar*, na acepção de comunicação direta, exige o tema, ou seja, o objeto da expressão (o que está sendo expressado a alguém). Logo, não se pode omitir o argumento com papel de tema, tampouco acrescentar um argumento com função substitutiva. Ora, o termo *por mim* expressa a substituição de uma entidade não vinculada à sentença. Assim, como teria a sentença uma significação se não há a referência no contexto ao termo *por mim*? Logo, deduz-se que esse verbo não licencia a possibilidade de dois sintagmas preposicionados⁶⁸.

Sartori (2017), ao descrever a classe dos verbos de expressão⁶⁹, aponta para a possibilidade de haver dentro desta grupos de verbos com características distintas. Confrontando-se os verbos dos exemplos (73) e (74), ambos pertencentes à classe de verbos de expressão, nota-se que eles não compartilham as mesmas características sintático-semânticas. O verbo rogar, por mais que seja um verbo de expressão (que envolve comunicação), tem como raiz um pedido, petição (algo a se obter (de alguém)). Ao mesmo tempo, o verbo expressar denota, simplesmente, um ato de fala, não se esperando, pois, que se obtenha algo a mais. Sobre isso, deduz a autora:

Constatou-se a existência de dois subtipos de verbos de expressão no PB: verbos que implicam em um evento de expressão linguística necessariamente oral e verbos que implicam em um evento de expressão linguística, mas não implicam em um evento oral, podendo essa expressão ocorrer de outras formas, como de forma escrita. (Sartori, 2017, p. 61)

Ocorre que, nos verbos catalogados neste trabalho, o evento de expressão linguística é necessariamente oral, mas que pode ocorrer de outras maneiras, como escrita ou oral/escrita. Observemos os exemplos:

- (75) a. Paulo falou do projeto por mim ao diretor.
 b. * Paulo falou o projeto por mim ao diretor.
 c. Paulo falou com o diretor sobre o projeto.⁷⁰

Numa situação comunicativa oral, a sentença (75a) não causaria estranhamento algum

inteirar-lhe o sentido. Segundo Luft (2009), o substantivo *gratidão* rege a preposição *por*, sendo o sintagma iniciado pela preposição, complemento do nome.

⁶⁸ Isso implica uma restrição seletional de argumentos, já prevista no escopo do verbo. Para Cançado, Godoy e Amaral (2013), essa restrição é que resulta na agramaticalidade da sentença.

⁶⁹ Como já abordado no tópico anterior, a autora trabalha com o grupo de verbos: “comentar, dizer, falar, gritar, perguntar, proferir, responder, sussurrar.”

⁷⁰ O exemplo (13b) foi adaptado de Sartori (2017).

a nenhum falante da língua. Todavia, no que concerne à normatização da Língua, é insustentável a atribuição de dois objetos indiretos a um mesmo verbo. Moraes e Gomes (2023) afirmam que, caso o termo preposicionado consiga se comutar na sentença, isto é, poder transitar entre a oração ou puder ser omitido, sem causar prejuízo à significação, ele deve ser tratado como um mero adjunto, não argumento indireto do verbo. Logo, em (75a) e (75b) o termo que pode sofrer comutação ou apagamento é “por mim”, e em (75c), “com o diretor”.

Em (75a), segundo Luft (2009), ocorre um problema na seleção do argumento *do projeto*, pois, consoante o autor, não pode o verbo *falar* reger duas preposições simultâneas. Desse modo, essa sentença torna-se agramatical, do ponto de vista sintático; ainda que em um contexto comunicativo ela seja aceitável.

Neste estudo, entende-se que o verbo *falar* não tem a acepção de petição. Entretanto, quer-se enfatizar, aqui, que, apesar disso, ele também licencia dois complementos preposicionados⁷¹, à maneira dos que serão trabalhados nesta pesquisa. É preciso, preliminarmente, porém, destacar que a atribuição de papéis temáticos para os casos de verbos de expressão que dispensam dois sintagmas preposicionados é diferente dos verbos de expressão, com acepção de petição. Vejamos o exemplo:

- (76) a. Paulo falou com o diretor sobre o projeto.
b. O advogado intercedeu por mim ao juiz.

Inquestionavelmente, em (76ab) o NP_{sujeito} tem papel temático de agente. No entanto, em (76a), o PP *com o diretor* tem papel temático comitativo (companhia), e *sobre o projeto*, tema. Em (76b), o PP *por mim* tem papel temático beneficiário, e *ao juiz*, alvo/destinatário. Ora, não se pode afirmar que um termo com papel comitativo pode ser um complemento indireto do verbo, como assevera Sartori (2017), já que ele pode ser apagado da sentença. O mesmo fenômeno, contudo, não seria possível se o fizesse com o PP *sobre o projeto*, pois este é, de fato, uma exigência formal do verbo.

- (77) a'. ? Paulo falou com o diretor.
b'. Paulo falou sobre o projeto.

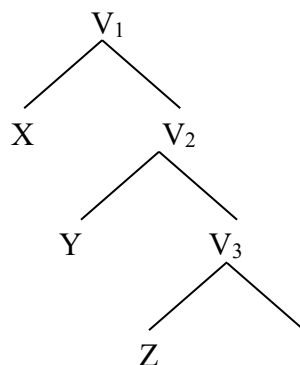
⁷¹ Os autores consultados afirmam que se trata de dois objetos indiretos, o que, particularmente, não concordamos. Por isso, preferimos, sempre que se referir a essa licença dos verbos de petição, denominar complementos preposicionados. No capítulo seguinte, será destinada uma seção para discutir esse aspecto, não abordado nas pesquisas sondadas.

A sentença (77a') se tornaria agramatical pelo fato de não haver o conteúdo proposicional do verbo. Afinal, qual o tema da fala? Isso ocorre, pois o verbo ‘falar admite, apenas, complemento cognato de sua natureza lexical. Em outras palavras, o argumento dominado pelo verbo é o seu próprio produto, ou seja, o ato da fala – um assunto. Poucos verbos têm essa propriedade, como *cantar*, *sonhar*, *chover*⁷², etc.

Ademais, outra propriedade da classe dos verbos de expressão com acepção de petição é sempre ter um argumento com papel beneficiário. Como a maioria desses verbos tem o traço de controle, o agente é o desencadeador da ação de petição, ora em benefício próprio, ora em benefício de outrem. Observemos os exemplos:

- (78) a. Pedro pediu clemência ao carrasco.
b. Pedro pediu pela soltura do refém ao carrasco.

Em (16ab), o NP_{sujeito} *Pedro* tem controle sobre a ação, desencadeada por ele. Em (78a), ele é o próprio beneficiário do pedido solicitado – isto é, o clamor é em seu próprio favor. Já em (78b), o NP *Pedro* tem controle sobre a ação, mas não a solicita em seu próprio benefício, ou seja, não tem papel beneficiário, apenas desencadeador da ação de solicitação. Nesse caso, o PP “pela soltura do refém” assume o papel de beneficiário, enquanto o PP *ao carrasco* exprime o alvo da petição, isto é, a entidade responsável por conceder o pedido. Dessa maneira, como toda petição envolve um ente beneficiário⁷³, é necessário compreender a estrutura dos eventos, aflorados na construção sintática da oração. Analisemos o esquema:



⁷² Embora o verbo *chover* seja, normalmente, impessoal, há construções na língua em que admite um complemento cognato de seu semantema: *Choveu uma chuva*.

⁷³ A classe dos verbos de expressão apresenta, majoritariamente, apenas NP_{sujeito} com papel de agente, desencadeador da ação, sem necessariamente ser beneficiário desta. Em contrapartida, a classe dos de petição congrega verbos cujo NP_{sujeito} é desencadeador da ação em benefício de um PP_{complemento}.

Em que X age, pedindo a Z em benefício de Y.

A grade temática dessa classe apresenta normalmente NP_{agente}, com a eventualidade de um PP_{beneficiário} e um NP_{objeto estativo}, e um PP_{alvo/destinatário}⁷⁴.

(79) V₁: < Agente (Beneficiário), Objeto Estativo (Beneficiário), Alvo/Destinatário >

(80) V₁: [[NP[(NP)[(PP)]]][PP]]

V₂: [NP][NP][PP]

A grade temática em (79), V₁, evidencia a classe dos verbos de petição, quando da ocorrência de um eventual NP_{objeto direto}, em benefício de um PP_{adjunto}. Já a grade temática V₂ demonstra o escopo semântico geral dessa classe, como demonstrado no exemplo (78a). A estrutura sintática (80) aponta para a ocorrência de dois PPs para a grade temática V₁, sendo respectivamente um adjunto e outro complemento. Na próxima seção, essa distinção ficará mais clara e assertiva.

Por outro lado, a estrutura em predicados primitivos permite melhor compreensão acerca dos princípios que regem os eventos dominados pelo verbo. Nessa representação, os elementos semânticos que compõem o aspecto significativo do verbo são retratados em elementos predicadores primitivos, além de abarcar o aspecto idiossincrático do item lexical (Cançado e Amaral, 2016). Em face disso, quando se estabelece uma estrutura de eventos em decomposição de predicados primitivos, observa-se que esses predicados recebem os argumentos do verbo e se dispõem na representação, seguindo a lógica pretendida no escopo sentencial (Levin e Rappaport Hovav, 2005)⁷⁵. Nesse prisma, nessa representação:

Os predicados, os argumentos e os modificadores podem fazer parte da própria raiz do verbo, ou seja, podem representar seu sentido idiossincrático, dependendo de sua natureza semântica. A sintaxe dessa metalinguagem é muito simples: predicados pedem um ou dois argumentos para serem saturados e também podem ser modificados. (Cançado e Amaral, 2016, p. 105)

Posto isso, com base nesse princípio da idiossincrasia da classe verbal, propõe uma

⁷⁴ Agente (Beneficiário), Objeto Estativo (Beneficiário), Alvo/Destinatário >

⁷⁵ “In most predicate decompositions, the primitive predicates are argument- taking functions, so that a verbs arguments are represented by the open argument positions associated with the predicates.” (Levin e Rappaport Hovav, 2005, p. 69)

estrutura de eventos, com base na decomposição de predicados para a classe dos verbos de petição:

(81) [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

O predicado primitivo DO⁷⁶ – desencadeador de ação – aparece saturado com a variável X. Sobre o uso do metapredicado DO, Oliveira (2020) esclarece que:

Para verbos como correr utiliza-se o predicado primitivo DO, que é um predicado que exige dois argumentos para ter o seu sentido saturado. Os argumentos que saturam o sentido desse predicado são a variável X, que representa o agente da ação, e a raiz do verbo, que pertence à categoria ontológica EVENT. (Oliveira, 2020, p.55)

Nesse caso, EVENT é representado por uma requisição ou solicitação: DO <solicitação> ou DO <pedido>. Por sua vez, o predicado CAUSE – a ação de pedir/solicitar – satura-se com dois argumentos [X DO] e [Y PATH Z], com a direção da propositura verbal à variável Z. Além disso, o predicado PATH, conforme Jackendoff (1990), marca direcionalidade de uma coisa a outra. Esse predicado é comum em verbos que denotam estados e/ou eventos. Nesse caso, demarca o benefício, isto é, o resultado da solicitação, satura-se com a variável Y e Z, o beneficiário. A constante⁷⁷ <REQUEST-EVENT> marca o escopo do verbo e a idiossincrasia da classe dos verbos de expressão, com raiz de petição.

Observemos a verificação de eventos nas situações em (82):

- (82) a. “Rogou por ajuda a Nossa Senhora de Nazaré.”⁷⁸
 b. “O acusado impetrou por sua defesa habeas corpus no TJSC para suspender a realização do procedimento.”⁷⁹
 c. Abraão suplicou por Ló a Deus.

Em (82a), um agente realiza o ato de rogar, estabelecendo uma requisição de ajuda direcionada a uma entidade. Em (82b), um agente realiza o ato de impetrar, instituindo

⁷⁶ Por convenção, os metapredicados são registrados em caixa alta, bem como as variáveis que representam itens lexicais ou actantes.

⁷⁷ Na linguagem da decomposição de predicados, a raiz ou constante, isto é, o metapredicado representado entre colchetes angulados, marca o sentido idiossincrático de cada verbo. (Cançado e Godoy, 2012)

⁷⁸ <https://sl1nk.com/N4JOo>

⁷⁹ <https://l1nq.com/vb1Q9>

formalmente uma requisição em favor de sua defesa, dirigida a uma instância institucional. E em (82c), um agente realiza o ato de suplicar, por meio de uma requisição de súplica a uma entidade. Assim, podemos estabelecer uma releitura ou paráfrase para a estrutura em (81): X realiza uma ação de requisição, acarretando direcionamento de Y a Z.

Dessa forma, pela estrutura de predicados primitivos, podemos apreender a idiosincrasia da classe dos verbos de petição que, diferentemente da classe dos verbos de expressão, esses têm por raiz um pedido, uma solicitação. O esquema com três variáveis X, Y e Z, que denotam entidades na sentença, representam o escopo verbal e as possibilidades de realização dentro de um dado contexto.

Retomando-se as classes aspectuais de Vendler (1967), os verbos de estado, de atividades, de accomplishments e de achievements, faz-se necessário realizar a testagem de marcação de aspecto, com fito de compreender as propriedades internalizadas desses itens lexicais. Vejam-se os exemplos:

- (83) Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha.
- (84) Intercedeu a Deus por alimento e por seu filho.
- (85) A multidão clamava por justiça ao governo local⁸⁰.

Lembremos que os verbos de estado são estativos, durativos e atélicos; os de atividades são dinâmicos, durativos e atélicos; os de accomplishments são dinâmicos, durativos e télicos; e os de achievements são dinâmicos, pontuais e télicos. Um teste inicial para verificar a ocorrência de verbos de estados é o de pergunta e resposta, adaptado de Van Valin (2005), citado por Cançado e Amaral (2016). Como os verbos de estados são estativos, não conseguirão se adaptar a essa estrutura.

- (86) A: O que aconteceu?
B: (Maria) Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha.
- (87) A: O que aconteceu?
B: (O pai) Intercedeu a Deus por alimento e por seu filho.
- (88) A: O que aconteceu?
B: A multidão clamou por justiça ao governo local.

⁸⁰ Exemplos retirados do Google.

Como se percebe, os verbos rogar, interceder e clamar têm caráter dinâmico, já que conseguem se justapor a construções nas quais se há resposta a uma pergunta. Por isso, esses verbos não são de estados. Além disso, outra marcação a ser evidenciada é a realização eventiva que traça esses verbos:

- (89) e = Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha (de segunda a sexta).
 e₁ = Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha (das 12h às 15h).
 e₂ = Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha (durante a semana).
 e₃ = Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha (neste mês).

Fica evidente que esses verbos, diferentemente dos de estados, conseguem realizar eventos. Em (89), em qualquer situação de evento (e₁, e₂ ou e₃), a fase é rogar a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha, isto é, mantém-se em quaisquer dos contextos. Isso aponta para o seu aspecto dinâmico. Outro fator a se averiguar é o caráter télico ou atélico desses verbos. Um verbo é télico, caso a situação posta se concretize. Vejamos os exemplos:

- (90) Joana cantava na festa de formatura.
 (91) Rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha.

Na sentença (90), o verbo cantar é de natureza atélica, isto é, a sentença só é verdadeira, se ela for realizada. Em outras palavras, se Joana começar a cantar na festa, na hipótese de decidir parar, a sentença ainda será verdadeira. Já em (91), para que tomemos a sentença como verdadeira, é preciso que a ação se realize por completo⁸¹. Em particular, entende-se que um rogo/uma reza/uma prece têm uma estrutura semelhante a textos convencionais, como começo, meio e fim. Assim, imaginemos que, durante o ato de rogar/rezar/interceder, uma pessoa se distraia ou seja requisitada em outro lugar; obviamente, ela não terá chegado ao estágio final, para conseguir seu pedido/sua solicitação, pois o evento foi “quebrado” no decurso do processo. Logo, esses verbos são télicos.

Uma outra verificação a ser feita é com base no teste de “paradoxo do imperfectivo”, proposto por Dowty (1979) e adaptado por Cançado e Amaral (2016). Como já explanado na seção 3.2, esse teste consiste na formulação de uma oração com construção de gerúndio, com

⁸¹ Temos aqui uma implicação pragmática. Os verbos de petição pertencentes ao núcleo devocional acarretam que há um processo para que se tornem plenos em seu propósito comunicativo. A título de ilustração, uma prece “só é atendida”, caso haja toda a preparação (começo, meio e fim), para que se possa realizar/atender o pedido feito.

provável acarretamento de outra de aspecto perfectivo. Esse teste serve para demonstrar a natureza dos verbos de atividades – atélicos e dinâmicos. Vejamos os exemplos:

- (92) Joana está cantando na formatura. \vdash Joana cantou na formatura.
 (93) (Ele) estava rogando a Deus pelo filho. $\sim \vdash$ (Ele) rogou a Deus pelo filho.

Percebamos que em (93) a segunda sentença não é acarretada pela primeira, pois ela depende de um resultado completo da ação. Em contrapartida, em (92), a segunda sentença é acarretada pela primeira pelo simples fato de a realização da primeira já ser tomada como verdade. Isso é evidenciado, inclusive, nos verbos de expressão catalogados por Sartori (2017):

- (94) O bebê estava balbuciando. \vdash O bebê balbuciou.
 (95) A criança estava berrando⁸². \vdash A criança berrou.

Desse modo, conclui-se que os verbos de petição não são de atividades. Como se pode depreender dos exemplos, essas formas verbais retratam um evento que pode se discriminar por um começo, meio e fim. Veja-se como isso se exprime, na situação (96)⁸³:

- (96) e = o evento de (Maria) rogar a Deus pelo filho.
 e_1 = o momento em que (Maria) começa a rogar a Deus.
 e_2 = o momento em que o rogo/o pedido/a solicitação está em desenvolvimento.
 e_3 = o momento em que (Maria) termina de rogar a Deus.

Ora, fica esquematizado que o início do evento não é igual ao seu resultado, isto é, trata-se de um aspecto télico desse verbo. Posto isso, por esses verbos terem caráter télico, durativo, como demonstrado em (89) com a inserção de uma expressão marcadora de tempo, e dinâmicos, diz-se que são accomplishments. Observe-se como, formalmente, podemos representar as eventualidades da sentença (91):

- (97) $\exists e_1 \exists e_2$ [ROGAR_PROCESSO(e_1 , X, Y) \wedge ROGAR_CULMINAÇÃO(e_2 , X, Y, Z) \wedge CAUSE(e_1 , e_2)]

⁸² Exemplos retirados de Sartori (2017).

⁸³ Adaptação a partir de Cançado e Amaral (2016).

Em que se observa a verificação da existência de um evento e_1 e e_2 , sendo e_1 a representação do ato de rogar com X (o agente que roga) e Y (o destinatário da oração). Tem-se aqui um subevento processual, de início, a formulação do pedido. Ademais, em e_2 , tem-se a culminação de rogar, quando o pedido está completo e, nesse caso, com recaimento sobre Z – o beneficiário. Por fim, concluímos que o processo de rogar (e_1) leva à culminação do ato de rogar (e_2). Logo, o evento e_1 causa o evento e_2 .

No entanto, é preciso salientar que, dada a dinamicidade dessa classe, nem todos os verbos de petição são *accomplishments*. Analisemos o exemplo (98):

- (98) a. Joana está rezando muito. \vdash Joana reza muito.
 b. Leonardo está louvando a Deus. \vdash Leonardo louvou a Deus.

É possível verificarmos que, nos exemplos apresentados em (98), os verbos *rezar* e *louvar* não exibem um ponto final inerente ao evento que denotam. Nesse sentido, a compatibilidade dessas formas verbais com construções progressivas, bem como a possibilidade de inferência do progressivo para uma leitura de presente habitual, constitui um forte indício de que tais predicados expressam eventos atélicos, característicos da classe das atividades, e não *accomplishments*.

Além disso, essa interpretação é reforçada pela ocorrência do pretérito perfeito em sentenças, como (98b), que apenas delimita temporalmente a duração do evento, sem desencadear qualquer leitura de estado resultante. Com isso, o término da ação, nesse caso, não corresponde à realização de um efeito externo ao próprio evento, mas apenas ao seu encerramento circunstancial, com estrutura de eventos fixa em [X DO <MANNER-EVENT>]. Dessa maneira, esses verbos têm aspecto lexical de atividades, e não de *accomplishments*.

Um teste bastante requisitado para diferenciar *accomplishments* de atividades e de *achievements* é o do acréscimo do advérbio *quase*⁸⁴. Esse teste deve explorar a ambiguidade gerada no escopo de sentenças com verbos de *accomplishments*. Vejamos os exemplos:

- (99) (Maria) quase rogou a Deus pelo filho, pelo neto, pela vizinha.
 (100) (O pai) quase intercedeu a Deus por alimento e por seu filho.
 (101) A multidão quase clamava por justiça ao governo local.

⁸⁴ Teste referido por Cançado e Amaral (2016), baseado em Dowty (1979).

Com a incorporação de quase à sentença, chegamos a duas interpretações possíveis: i) O ato de rogar/interceder/clamar sequer foi iniciado; e ii) O ato de rogar/interceder/clamar foi iniciado, mas sofreu alguma interrupção que levou à não culminação do evento. A simples paráfrase com a estrutura “o que” captura as possíveis duplas interpretações:

- (102) a. (Maria) quase rogou a Deus pelo filho.
 b. O que (Maria) quase fez foi rogar a Deus pelo filho.
 c. O que (Maria) fez foi quase rogar a Deus pelo filho.

Para verbos de atividades, não haveria ambiguidade, pois, mesmo com a inclusão do quase, haverá apenas uma única possibilidade de leitura:

- (103) Joana quase cantou na formatura. \vdash Joana não chegou a cantar.
 (104) O bebê quase balbuciou palavras. \vdash O bebê não chegou a balbuciar.
 (105) A multidão quase clamou por justiça. $\sim \vdash$ A multidão não chegou a clamar.

Em (103) e (104), não há geração de ambiguidade. Logo, a segunda sentença é um perfeito acarretamento da primeira. Já em (105), por termos dupla possibilidade de interpretação sentencial, a segunda oração não gera um acarretamento da primeira. Sendo assim, conclui-se que os verbos de petição são *accomplishments*, por serem dinâmicos, durativos e télicos.

5.1 Análise em níveis de granularidade

Levin (2010), como já abordado na seção 3.1, aborda as classes de verbos sob diferentes níveis de granularidade, a saber: i) *coarse-grained* (mais amplo); ii) *medium-grained* (intermediário); e iii) *fine-grained* (mais restrito). Esses níveis de classificação ajudam a delimitar as propriedades léxico-gramaticais de verbos, a partir de uma verificação de construções em conjunto. Vejamos os exemplos:

- (106) O torcedor gritou o nome do time.
 (107) A criança sussurrou a resposta à professora.
 (108) O advogado pleiteou mais prazo ao juiz.

(109) O grupo solicitou apoio ao governo pela escola⁸⁵.

Nesse nível *coarse-grained*, todos esses predicadores são agrupados sob a classe ampla dos verbos de comunicação, pois compartilham propriedades sintáticas gerais: todos descrevem eventos em que um agente comunica um conteúdo a um destinatário, independentemente de diferenças internas quanto ao modo de dizer, ao conteúdo expresso ou à intenção ilocutória. Observemos que em (106) a (109) os verbos denotam, simplesmente, atos de comunicar. Isso significa que gritar, sussurrar, pleitear e solicitar pertencem a uma classe maior a dos verbos de comunicação. Nesse plano, não se consegue, ainda, diferenciá-los com base em suas propriedades sintático-semânticas.

Por outro lado, retomemos os exemplos (106) a (109) sob outra perspectiva:

- (110) a. O torcedor gritou o nome do time.
 b. O torcedor gritou.
 c. O nome do time foi gritado pelo torcedor.
 d. *O nome do time gritou.
- (111) a. A criança sussurrou a resposta à professora.
 b. *A criança sussurrou à professora.
 c. A criança sussurrou a resposta.
 d. A resposta foi sussurrada.
- (112) a. O advogado pleiteou mais prazo ao juiz.
 b. *O advogado pleiteou.
 c. O advogado pleiteou ao juiz.
 d. Mais prazo foi pleiteado ao juiz.
- (113) a. O grupo solicitou apoio ao governo pela escola.
 b. *O grupo solicitou.
 c. O grupo solicitou apoio pela escola.
 d. Apoio foi solicitado ao governo.

Quando submetemos esses mesmos verbos a diagnósticos sintático-semânticos básicos — ocorrência sem complemento, possibilidade de passiva, estrutura argumental — torna-se evidente que a classe ampla mascara diferenças sistêmicas importantes. Notemos que em (110)

⁸⁵ Exemplos elaborados por IA – DeepSeek.

o verbo gritar não admite projeção de eventual argumento interno à posição de sujeito. Em (111), (112) e (113), os verbos não admitem omissão do argumento interno objeto direto. Ou seja, os casos (110) a (113) exemplificam a heterogeneidade interna da classe ampla, justificando a passagem ao nível *medium-grained*.

Nesse segundo nível, começamos a identificar subclasses internas, formadas não mais pela noção ampla de “comunicar”, mas por padrões estruturais compartilhados. Alguns verbos agrupam-se pelo modo de realização do evento (como gritar e sussurrar), outros pela natureza ilocutória ligada a pedidos formais (pleitear, solicitar). Observemos agora as construções seguintes:

- (114) A mãe suplicou ao médico pelo atendimento do filho.
- (115) O devoto orou a Deus pela saúde da família.
- (116) O morador reivindicou ao secretário por melhorias no bairro.
- (117) O avô contou suas antigas histórias para os netos
- (118) A menina falou a verdade para a mãe.

Ao examinarmos os exemplos (114) a (116), perceberemos que as três formas verbais concentram-se em um elo semântico comum – o de comunicação –, mas com um traço mais distintivo, o de ser peticional, estabelecer um pedido. Os verbos em (117) e (118), ambos comunicativos, mas que não apresentam o mesmo traço semântico-pragmático dos anteriores; são, simplesmente, verbos que denotam expressões de fala. Ora, para uma análise mais refinada, de modo a se notar aspectos mais específicos, a simples visualização geral não é suficiente. Vejamos os exemplos:

- (119) A mãe suplicou.
- (120) O devoto orou.
- (121) O morador reivindicou.
- (122) ? O avô contou.
- (123) ? A menina falou.

Os mesmos verbos de (114) a (118) foram retratados em (119) a (123), apenas com a retirada de seus eventuais argumentos. Percebemos que a omissão dos argumentos de contar e falar deixam a sentença com dupla interpretação. Isto é, parece-nos que os seus argumentos internos são essenciais para que possa haver processo de comunicação. Por outro lado,

suplicar, orar e reivindicar conseguem perpassar a mensagem comunicativa, mesmo sem indicação de direcionamento ou de mensagem, pois o seu propósito discursivo-comunicativo já está embutido na entrada lexical. Ou seja, apresentam traços semânticos que podem influenciar sua sintaxe.

Cançado (2025) revela que essas distinções de granularidade estão, praticamente, fundamentadas na representação léxico-semântica dos significados verbais, refletindo os diferentes graus em que as propriedades semânticas influenciam o comportamento sintático⁸⁶. Nesse contexto, podemos perceber que, em um nível de classificação *fine-grained*, evidenciamos propriedades mais específicas dos verbos.

Analisemos os exemplos:

- (124) A mãe rogou boas preces pelo filho.
- (125) A mãe rogou aos céus pelo filho.
- (126) O advogado impetrou recurso pela vítima ao tribunal.
- (127) A diretora solicitou doações para a escola aos pais.

Em uma análise mais específica, capta-se dos exemplos que a ideia de petição, normalmente, estabelece a figura de uma entidade beneficiária. De (124) a (127), o argumento externo simplesmente evoca a ação inicial, mas o produto não recai sobre ele. No exemplo (124) e (125), a entidade beneficiada é o sintagma preposicionado *pelo filho*; em (126), *pela vítima*; e em (127), *para a escola*. A preposição *por* é responsável por encabeçar o sintagma beneficiado⁸⁷. Outra observação a ser levada em consideração é o fato de poder haver supressão do objeto direto como em (125), mas não em (126) ou (127). Contrastemos com os exemplos:

- (128) *O avô contou histórias por mim aos netos.
- (129) ? A professora falou por mim à diretora.

⁸⁶ “These differences in verb class granularity are ultimately grounded in the lexical-semantic representation of verbal meanings, reflecting the varying degrees to which semantic properties influence syntactic behavior. In any case, we expect that these differences in verb class grain-size ultimately find their source in the lexical semantic representation of the verbal meanings.” (Cançado, 2025, p. 3)

⁸⁷ Nem sempre a preposição ‘por’ irá marcar argumento com papel temático de beneficiário. Por exemplo,

- a) A mãe rogou boas preces pelo filho.
- b) A mãe rogou boas preces ao filho.
- c) A mãe rogou boas preces para o filho.

A entidade ‘filho’ é a beneficiada nos exemplos (abc), porém é introduzida, respectivamente, pelas preposições ‘por’, ‘a’ e ‘para’. Ver Neves (2000).

Como se nota nos exemplos (128) e (129), verbos de expressão não conseguem admitir o PP beneficiário, haja vista que não há pedimento em seu jogo semântico. À primeira vista, o exemplo (130) parece permitir o sintagma “por mim”, mesmo não havendo condição de benefício. Um teste que propomos anteriormente para verificar essa aceitação é a inclusão da expressão “em favor de”.

- (130) a. ? A professora falou [em meu favor] à diretora.
b. ? A professora falou [em meu benefício] à diretora.

Ou seja, temos aí uma expressão puramente de substituição. Poderíamos interpretá-la, à luz da gramática tradicional, como um adjunto adverbial de substituição; ao passo que verbos de petição a aceita.

- (131) a. A mãe rogou preces aos céus [em favor do filho].
b. A mãe rogou preces aos céus [em benefício do filho].
c. O advogado impetrou recurso [em favor da vítima] ao tribunal.
d. O advogado impetrou recurso [em benefício da vítima] ao tribunal.

Outra característica a ser destacada é a possibilidade de passivização. Cançado (2025) pressupõe que, para verbos aceitarem a alternância passiva, é necessário que tenham um sujeito agentivo. Observemos os exemplos:

- (132) a. A mãe rogou grandes glórias ao filho.
b. Grandes glórias foram rogadas pela mãe ao filho.
c. Rogaram-se grandes glórias ao filho.
- (133) a. A diretora solicitou doações para a escola aos pais.
b. Doações foram solicitadas pela diretora aos pais para a escola.
c. Solicitam-se doações para a escola.

Dessa maneira, os verbos de petição também conseguem admitir a passivização, tanto em forma analítica (132b) e (133b), quanto sintética com o se, (132c) e (133c).

6 CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo investigar o comportamento sintático-semântico dos chamados verbos de petição em PB, à luz da Semântica Lexical e da valência verbal, partindo da constatação de que determinados verbos, tradicionalmente incluídos na classe dos verbos de expressão, apresentam propriedades que não se ajustam plenamente à descrição consagrada dessa classe. Em especial, observou-se que verbos como *rogar*, *implorar*, *clamar* e *interceder* exibem uma configuração argumental recorrente e semanticamente motivada, marcada pela seleção de dois complementos preposicionados e pela presença de um conteúdo diretivo de solicitação, súplica ou pedido em benefício de outrem.

O problema central que orientou esta pesquisa consistiu em determinar quais propriedades sintáticas e semânticas diferenciam esses verbos das demais classes dos verbos de comunicação e se tais propriedades autorizam o reconhecimento de uma classe autônoma no interior dessa classe mais ampla. A análise empreendida ao longo do trabalho permite afirmar que os verbos de petição não se distinguem apenas por aspectos pragmáticos ou estilísticos, mas por traços estruturais sistemáticos, observáveis tanto no plano da valência quanto no da decomposição semântica do evento verbal.

Além disso, do ponto de vista da valência verbal, os dados analisados indicam que os verbos de petição tendem a selecionar, de forma estável, um argumento externo agentivo, geralmente [+humano] e [+volitivo], e dois argumentos internos introduzidos por preposição, associados, respectivamente, aos papéis temáticos de destinatário e beneficiário. Entretanto, diferentemente do que ocorre com grande parte dos verbos de expressão descritos na literatura, alguns desses complementos se comportam como adjuntos, exigidos pelo núcleo verbal, fato corroborado pelos testes sintáticos e semânticos aplicados ao longo da análise. Tal configuração evidencia que a presença de dois sintagmas preposicionados não é acidental nem resultado de expansão discursiva, mas decorre diretamente das exigências semânticas do verbo.

Ademais, no plano da Semântica Lexical, verificou-se que os verbos de petição compartilham uma estrutura eventiva comum, caracterizada pela articulação entre um subevento de ação agentiva e um conteúdo semântico de solicitação direcionada, cujo resultado esperado não é um estado físico ou locativo, mas a tentativa de provocar uma ação, decisão ou resposta por parte do destinatário. Essa particularidade afasta os verbos de petição de outras subclasses de verbos de mudança ou de simples expressão linguística, aproximando-

os de uma leitura eventiva complexa, na qual o ato de fala está intrinsecamente vinculado a uma finalidade diretiva.

Por fim, a análise em diferentes níveis de granularidade, conforme proposto por Levin (2010), mostrou-se decisiva para a delimitação dessa classe. Ao passo que, em um nível mais amplo, os verbos de petição possam ser incluídos entre os verbos de comunicação ou de expressão, uma análise mais refinada (*fine-grained*) revela propriedades sintático-semânticas específicas que justificam sua separação em uma classe própria. Assim, esta dissertação sustenta que a classificação tradicional dos verbos de expressão, quando tratada de maneira excessivamente abrangente, acaba por obscurecer diferenças relevantes no comportamento argumental e na estrutura de eventos de certos verbos.

Outro resultado relevante do estudo diz respeito à distinção entre argumentos e adjuntos em construções com duplo sintagma preposicionado. A investigação demonstrou que, no caso dos verbos de petição, os complementos preposicionados associados ao destinatário e ao beneficiário satisfazem critérios clássicos de argumentalidade, tais como obrigatoriedade semântica, restrições de seleção e participação direta na interpretação do evento. Esse achado contribui para o refinamento das descrições de regência verbal no português brasileiro e para uma compreensão mais precisa do estatuto do objeto indireto em construções que fogem aos padrões mais prototípicos.

No que se refere às contribuições teóricas, o trabalho oferece subsídios para a ampliação e o ajuste da teoria da valência aplicada ao PB, ao evidenciar que certas configurações argumentais recorrentes ainda não receberam tratamento sistemático na literatura. Ao propor a classe dos verbos de petição, esta pesquisa não apenas preenche uma lacuna descritiva, mas também reforça a importância de se considerar a interação entre semântica lexical, estrutura argumental e classificação verbal na análise do léxico verbal.

Do ponto de vista aplicado, os resultados aqui apresentados podem ser úteis tanto para o ensino de gramática quanto para a elaboração de materiais didáticos e de instrumentos de avaliação, especialmente em contextos nos quais a regência verbal e a distinção entre argumentos e adjuntos constituem fontes frequentes de dúvida. Além disso, a catalogação dos verbos de petição e a descrição de suas propriedades sintático-semânticas podem servir de base para estudos futuros em linguística computacional, anotação de corpora e modelagem lexical.

Por fim, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa. O estudo concentrou-se em um conjunto específico de verbos e em dados majoritariamente extraídos de fontes bibliográficas e corpora já existentes, o que abre espaço para investigações futuras que

ampliem o escopo empírico, explorem variações diatópicas ou diacrônicas e aprofundem a interface entre semântica, pragmática e discurso. Ainda assim, os resultados alcançados permitem afirmar que os verbos de petição constituem uma classe semanticamente motivada e sintaticamente consistente no português brasileiro, cuja descrição contribui para uma compreensão mais fina da organização do léxico verbal da língua.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. **Os verbos de remoção no português brasileiro**. 2015. Monografia (Bacharelado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- ALVES, Isa Mara da Rosa; CHISHMAN, Rove Luiza de Oliveira; QUARESMA, Paulo. **Verbos do domínio jurídico: uma proposta de organização ontológica com vistas ao PLN**. Veredas (UFJF), v. 6, p. 55-65, 2005.
- AMARAL, L. Verbos de modo de movimento no PB: aspecto lexical e decomposição em predicados primitivos. **Estudos Linguísticos**, v. 41, n. 1, 2012.
- AMARAL, L. **Os predicados primitivos ACT e DO na representação lexical dos verbos**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- ALENCAR, Leonel Figueiredo de. **Sintaxe e semântica de verbos de mudança de posse em português: um estudo de corpus baseado na teoria da valência**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- alencar, leonel figueiredo de. **lexikalische variation am beispiel dynamischer verben des deutschen und des portugiesischen**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de Konstanz, Konstanz, 2003.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2013.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.
- BORBA, Francisco da Silva (coord.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 1990.
- BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BORBA, Francisco S. **Uma gramática de valências para o português**. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BUSSE, W.; VILELA, M. **Gramática de valências**. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.
- CANÇADO, M. **Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional**. 1995. Tese (Doutorado) - IEL, Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

CANÇADO, M.; GODOY, E. U.; AMARAL, L. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. Parte I: verbos de mudança. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CANÇADO, M.; GODOY, L. Representação lexical de Classes verbais do PB. **Alfa, Rev. Linguista**, São José Rio Preto, v. 56, n. 1, p. 109-135, 2012.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2013.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. **Introdução à semântica lexical**: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana.; MEIRELLES, Letícia *et al.* **Projeto VerboWeb**: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

CANÇADO, Márcia. Verbal alternations in BP: a lexical semantic approach. **Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics**, [*s. n.*], v. 3, n. 1, p. 77-111, 2010.

CANÇADO, Márcia. **Argumentos**: complementos e adjuntos. **ALFA**: revista de Linguística, v. 53, n. 1, p.35-59. 2009.

CANÇADO, Márcia. **VerboWeb 3.0**: Decoding Verb Behavior in Brazilian Portuguese – From Lexical Semantics to Web-Verified Syntactic Patterns. 2025. Preprint. Disponível em: [<https://ling.auf.net/lingbuzz/009208>]

CANÇADO, Márcia; GONÇALVES, A. Lexical Semantics: verb classes and alternations. *In*: WETZELS, L.; MENUZZI, S.; COSTA, J. **The Handbook of Portuguese Linguistics**. Hoboken: Willey Blackwell, 2016. p. 374-391.

CASTILHO, Ataliba T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAVES, Henrique. **Os verbos de expressão do português brasileiro**. Relatório Final de Iniciação Científica – Faculdade de Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language**: its nature, origin and use. New York: Praeger, 1986.

CORRÊA, R. **Verbos de trajetória**: uma análise sintático-semântica. 2005. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DOWTY, David. The dual analysis of adjuncts complements in categorial grammar”. **ZAS Papers in Linguistics**, v. 17, p. 53-78, Jan. 2000. DOI: <https://doi.org/10.21248/zaspil.17.2000.40>.

DOWTY, D. Grammatical Relations and Montague Grammar. *In*: JACOBSON, P.; PULLUM, G. K. (org.). **The nature of syntactic representation**. Dordrecht: D Reidel Publishing Company, 1982. v. 15, p.79-130.

GODOY, L. **A reflexivização no português brasileiro e a decomposição semântica de predicados**. 2012. 161 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.

GODOY, Luisa. **Os verbos recíprocos no PB: interface sintaxe-semântica lexical**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

HERBST, T., e GÖTZ-VOTTELER, K. **Valency: Theoretical, descriptive, and cognitive issues**. Berlin: Walter de Gruyter, 2007.

JACKENDOFF, Ray. **Semantic Structures**. Cambridge: MIT Press, 1990.

JACKENDOFF, Ray. **X Syntax: A Study of Phrase Structure**. Cambridge: MIT Press, 1977.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

KURY, Adriano da Gama. **Novas lições de Análise Sintática**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

LEVIN, B.; M. RAPPAPORT HOVAV, M. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LEVIN, Beth. **English verb classes and alternations: A preliminary investigation**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, B. What is the best grain-size for defining verb classes? *In*: CONFERENCE ON WORD CLASSES: NATURE, TYPOLOGY, COMPUTATIONAL REPRESENTATIONS; SECOND TRIPLE INTERNATIONAL CONFERENCE, 2010, Roma. **Annals [...]**. Roma: Università Roma Ter, 2010. Disponível em: <http://web.stanford.edu/~bclevin/rome10grain.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência nominal**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2009.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

MEIRELLES, Letícia. **A fatoração de argumentos verbais no PB**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MEIRELLES, L.; CANÇADO, M. **Os verbos instrumentais no português brasileiro**. Veredas, [s. l.], v. 19, n/ 2, 2015, p. 292-309.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo; LOPES, Ruth Elizabeth Vasconcelos. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2007.

MORAES, Francisco Levi Apolinário de. GOMES, Raimundo Francisco. Uma (re)leitura dos chamados verbos transitivos ‘birrelativos’. **Revista Linguagem em Pauta**, v. 3, n. 2, 2023. Edição atemática.

MOREIRA, Carla. **Princípio de ligação sintaxe/semântica: construções estativas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOURA, Heronides; MILIORINI, Rafaela. Para compreender uma intuição: critérios para distinguir argumentos de adjuntos verbais. **Alfa**, São Paulo, v.62, n.3, p.573-589, 2018.

MOURÃO, Jessé de Sousa. **VaLexPB: um léxico de valências e diáteses verbais para o português brasileiro baseado no formalismo LFG-XLE**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Kely. **Os verbos de estado no português brasileiro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.

PERINI, Mário A. **Valency dictionary of Brazilian Portuguese verbs**; Dicionários de valências verbais do Português Brasileiro. 2019. Versão preliminar para divulgação.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PERINI, Mário Alberto. **Sintaxe**. São Paulo: Parábola, 2019.

RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. Building verb meanings. *In*: BUTT, M.; GEUDER, W. The projection of arguments: Lexical and Syntactic Constraints. Stanford: CSLI, 2005. p. 97-134.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da gramática**. A Faculdade da Linguagem. 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

SARTORI, B. **Uma análise sintático-semântica das classes de verbos de expressão no português brasileiro**. 2017. Monografia (Bacharelado em Português - Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

SCHWARZE, Christoph. **Introduction à la sémantique lexicale**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001.

SEARLE, John Rogers. **Speech acts: An essay in the philosophy of language**. Cambridge University Press; 1969.

TESNIÈRE, L. **Eléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksieck, 1959.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

VILELA, M. **Gramática de valências: teoria e aplicação**. Coimbra: Almedina, 1992.

WENSCELAU, F. **Verbos beneficiários: um estudo na interface entre semântica e sintaxe**. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

WUNDERLICH, D. Lexical decomposition in grammar. *In*: WERNING, M.; HINZEN, W.; MACHERY, E. **The Oxford handbook of compositionality**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 307-327.

APÊNDICE

IMPETRAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}⁸⁸

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Conteúdo semântico comum: denota solicitação, pedido

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

- a. O advogado impetrou o habeas corpus pelo suspeito ao tribunal.
- b. O advogado impetrou o habeas corpus pelo suspeito ao juiz.
- c. O advogado impetrou o habeas corpus no tribunal.
- d. O advogado impetrou o habeas corpus para a liberdade do suspeito.

-Licencia um argumento sentencial:

O advogado impetrou o habeas corpus para a liberdade do suspeito.

{A3: PP (+para) +orac.}

-Licencia dois argumentos com complementos preposicionados:

O advogado impetrou o habeas corpus pelo suspeito ao tribunal.

{A3: PP (+por) +benef. +hum. +anim.}

{A4: PP (+a) +dest. -hum. -anim.}

-Aceita a alternância passiva, com argumento beneficiário:

O habeas corpus foi impetrado pelo advogado ao tribunal pelo suspeito.

O habeas corpus foi impetrado pelo advogado ao tribunal para o suspeito.

O habeas corpus foi impetrado pelo advogado ao tribunal.

⁸⁸ A opcionalidade indicada nas estruturas valenciais refere-se à realização sintática, e não à ausência de seleção semântica, uma vez que o papel beneficiário integra o conteúdo lexical dos verbos de petição.

ROGAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

-A mãe rogou que o filho fosse aprovado no vestibular.

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

-Paulo rogou por mim a Deus.

***Aceita alternância passiva:**

-Glórias foram rogadas a Deus pelo casamento.

-Rogaram-se bençãos pela sua aprovação.

***Licencia oração final:**

-Paulo rogou pela mãe para que ficasse curada.

-José rogou bons augúrios aos amigos para que fizessem boa prova.

REQUERER

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A defesa requer que seja expedido o alvará de soltura.” (JOTA)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“Vem requerer de Vossa Excelência a imediata suspensão do feito.” (JusBrasil)

***Licencia Beneficiário:**

“O sindicato requereu aos associados o envio de documentos.” (Sinteps)

***Aceita alternância passiva:**

“Requer-se a juntada de novos documentos aos autos.” (Tribunal de Justiça de SP)

***Licencia oração final:**

“O autor requer o prazo de 15 dias para que possa apresentar a réplica.” (Migalhas)

IMPLORAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“Ela implorou que o filho não saísse de casa naquela noite.” (Instagram)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O povo implorava a Deus por chuva no sertão.” (Vatican News)

***Licencia Beneficiário:**

“Implorei ao guarda para não levar meu carro.” (Exemplo de relato em Reclame Aqui)

***Aceita alternância passiva:**

“A misericórdia foi implorada pelos fiéis durante a procissão.” (Canção Nova)

***Licencia oração final:**

“Os reféns imploravam para que os sequestradores os libertassem.” (Folha de S.Paulo)

PLEITEAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“O partido pleiteia que a eleição seja anulada.” (CNN Brasil)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“A empresa pleiteia junto à prefeitura a isenção do IPTU.” (Diário Oficial)

***Licencia Beneficiário:**

“O jogador pleiteava um lugarzinho no time.”

***Aceita alternância passiva:**

“A indenização está sendo pleiteada por milhares de consumidores.” (O Globo)

***Licencia oração final:**

“Eles entraram na justiça pleiteando o reconhecimento de vínculo para que recebam o FGTS.” (TST)

ORAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“Muitos cristãos oram para que a paz reine no mundo.” (Gospel Prime)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O fiel ora a Deus pelos seus inimigos.” (Bíblia Online - Salmos)

***Licencia Beneficiário:**

“A comunidade orou pelos doentes do hospital.” (CNBB)

***Aceita alternância passiva:**

“Orar-se por criar as condições.”

***Licencia oração final:**

“Jesus subiu ao monte para orar.” (Portal da Teologia)

SOLICITAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“O juiz solicitou que ambas as partes apresentassem cartas com suas propostas até às 14h daquela quarta-feira.” (<https://www.inspirednews.com.br/diddy-permanece-presos-enquanto-aguarda-decisao-judicial-sobre-pena/>)

“O presidente do ato solicitou que as partes apresentassem...”(Passei Direto)

“...e a autora solicitou que esse lapso não fosse dado a conhecer aos apelantes...”

(<https://jurisprudencia.pt/acordao/213656>)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O presidente solicitou ao gerente jurídico Fábio uma análise sobre a legalidade das diárias diferenciadas...”

***Licencia Beneficiário:**

“Solicitou a reabertura do processo.”

***Aceita alternância passiva:**

“Solicitou-se o modelo RFI21 e certificado de residência ao fornecedor em causa.”

(<https://cihc.occ.pt/pt/noticias/irc-declaracao-modelo-30/>)

***Licencia oração final:**

“Sr. Carlos Alberto Valente Araújo, Diretor-Presidente do IMPLURB, solicito autorização para realizar evento no Parque Ponta Negra conforme descrito abaixo.” (

https://www.manaus.am.gov.br/implurb/wp-content/uploads/sites/13/2023/06/REQUERIMENTO-EVENTOS-NO-PARQUE-PONTA-NEGRA_2021.pdf)

INTERCEDER

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“SIEMACO ABC intercede que Prefeitura de Santo André priorize vacinação e exames aos trabalhadores.” (<https://www.siemacoabc.com.br/wp/2020/05/siemaco-abc-intercede-que-prefeitura-de-santo-andre-priorize-vacinacao-e-exames-aos-trabalhadores/>)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“Pio XII intercedeu junto ao governo italiano em defesa dos condenados à morte...”(https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/092932/per092932_1945_06817.pdf)

“A mãe intercedeu pelo filho junto do juiz.”

***Licencia Beneficiário:**

“Deputado intercedeu por melhorias para Deodápolis, Dourados, Aquidauana, Rio Brillhante e Itaporã.”(<https://www.agorams.com.br/ze-teixeira-apresenta-indicacoes-para-atender-05-municipios-de-ms/>)

***Aceita alternância passiva:**

“... o cineasta intercede-se com artistas para construir filmes sobre o processo...”(<https://unicamp.br/unicamp/ju/602/transcricao-da-realidade-no-cinema-de-pedro-costa>)

***Licencia oração final:**

“... interceder para que haja um encontro de integrantes ... com o Governo...”(https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7936/3/arquivo8178_1.pdf.txt)

REIVINDICAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A categoria reivindica que o piso salarial seja respeitado.” (Brasil de Fato)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O sindicato reivindicou à empresa por melhores condições de trabalho.”

***Licencia Beneficiário:**

“Os palestinos reivindicam a parte oriental de Jerusalém como a capital de um futuro Estado Palestino.”

(https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100311_assentamentosnegociacao_gf)

***Aceita alternância passiva:**

“...reivindicou-se o não fechamento dessas instituições...”

(https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18518/3/TESE_FINAL%20CD.pdf.txt)

***Licencia oração final:**

“Eles lutam reivindicando direitos para que a lei se cumpra.” (Senado Federal)

SUPLICAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“Diante de Abbas, o papa suplicou que as partes envolvidas no ‘antigo’ conflito que deixem de lado qualquer rancor e contraste que ainda se interpõe no caminho da reconciliação.”

(Folha de S.Paulo, 08/10/2009)

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O pontífice suplicou pelo fim do derramamento de sangue na Síria...”(Folha de S.Paulo, 08/10/2009)

***Licencia Beneficiário:**

“O réu suplicou ao juiz clemência.”

***Aceita alternância passiva:**

“...me foi suplicado pela mulher do proprietário da mesma Lanxa...”

(https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-atarina/8/5/9/85907755be22148cb5fddd340b6cb9c9f5253eba2296cca42ec8519a3099735e/O_f_dos_JORD_p_GC_-PRES_1787-1825.pdf)

***Licencia oração final:**

“...o Governo suplicou para que Grenfell resolvesse a situação...”

(<https://www.scielo.br/j/alm/a/T4QXqcFwdbdkq65ZGLhxP9M/>)

REQUISITAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A Polícia Federal requisitou que a empresa fornecesse os dados dos usuários.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

*

***Licencia Beneficiário:**

“O Ministério Público requisitou ao município vagas para crianças da rede pública.”

***Aceita alternância passiva:**

“Os documentos foram requisitados pela Justiça.”

***Licencia oração final:**

“A Justiça requisitou força policial para cumprir a ordem judicial.”

CLAMAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A sociedade clama que a justiça seja feita.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“Clamou aos juízes por misericórdia e por perdão.”

***Licencia Beneficiário:**

“Os manifestantes clamaram por justiça para as vítimas.”(https://www.observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/folha_de_s_paulo_35020/)

***Aceita alternância passiva:**

“Clamou-se por justiça às mulheres desaparecidas e assassinadas nos dias 12 e 23 de outubro.”(<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/c088d21a-2154-4afa-9639-56d5c5cd6c00/content>)

***Licencia oração final:**

“Clamou às autoridades para que tomassem providências.”

CONCEDER

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“O juiz concedeu que o rapaz saísse da cidade.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O governo concedeu licença a servidores por motivo de saúde.”

***Licencia Beneficiário:**

“O juiz concedeu habeas corpus ao réu.”

“A universidade concedeu bolsa ao estudante.”

***Aceita alternância passiva:**

“O habeas corpus foi concedido ao acusado.”

***Licencia oração final:**

“O juiz concedeu a liminar para que o tratamento fosse iniciado imediatamente.”

RECORRER

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A defesa recorreu que a decisão fosse revista pelo tribunal.”

“Os advogados recorreram que houvesse nulidade do julgamento.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O réu recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça.”

“A empresa recorreu da multa ao órgão regulador.”

***Licencia Beneficiário:**

“O advogado recorreu em favor do cliente.”

***Aceita alternância passiva:**

“Recorreu-se da decisão.”

“Da sentença, recorreu-se ao tribunal.”

***Licencia oração final:**

“A defesa recorreu para que a pena fosse reduzida.”

OFERECER

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“Ministério da Segurança Pública ofereceu que a Polícia Federal assuma o caso Marielle.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

*

***Licencia Beneficiário:**

“Ofereceram - lhe uma oportunidade única na Alemanha.”

“...oferecer ao investigado o acordo para não ser processado.”

(<https://www.conjur.com.br/2020-abr-15/matos-rebello-aspectos-acordo-nao-persecucao-penal/>)

***Aceita alternância passiva:**

“A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público Federal.”

***Licencia oração final:**

“A empresa ofereceu treinamento gratuito para que os funcionários aprendessem a nova tecnologia.”

RECLAMAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A parte autora reclama que seja reconhecida a nulidade do ato administrativo.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“Os consumidores reclamaram à empresa pelos problemas no serviço.”

***Licencia Beneficiário:**

“Reclamou a Deus a recuperação do filho.”

***Aceita alternância passiva:**

“O direito ao adicional noturno foi reclamado judicialmente.”

***Licencia oração final:**

“Os moradores reclamaram junto à prefeitura para que o lixo fosse coletado regularmente.”

ADVOGAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“Advoga que o imposto é ilegal.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O advogado advogou pela reforma da decisão perante o tribunal.”

***Licencia Beneficiário:**

“O defensor público advogou em favor do réu.”

***Aceita alternância passiva:**

“A ré foi advogada por um dos melhores advogados.”

***Licencia oração final:**

“A entidade advogou mudanças na legislação para garantir maior segurança jurídica.”

APELAR

Grade temática: {NP, NP, (PP), PP}

Estrutura de papéis temáticos: {agente, tema, (beneficiário), destinatário}

Estrutura de decomposição de predicados: [[X DO <REQUEST-EVENT>] CAUSE [Y PATH Z]]

Estrutura valencial:

A1: NP +agt. + anim. + hum.

A2: NP +tem. -anim. -hum.

A3: (PP+por) +benef. +anim. +hum.

A4: PP(+para/+a) +dest. +-anim. +-hum. +orac.

***Licencia argumento com complemento sentencial:**

“A defesa apelou que a pena fosse reduzida.”

***Licencia argumento com dois complementos preposicionados:**

“O réu apelou da sentença ao Tribunal de Justiça.”

***Licencia Beneficiário:**

“A Defensoria Pública apelou em favor do acusado.”

***Aceita alternância passiva:**

“Foi apelado nesta sexta-feira, 16, pelo Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACDH), que o Mali revogue o decreto que dissolveu os partidos.” (Facebook)

***Licencia oração final:**

“A defesa apelou ao tribunal para que a condenação fosse anulada.”

“O time inteiro apelou para não perder de goleada.”